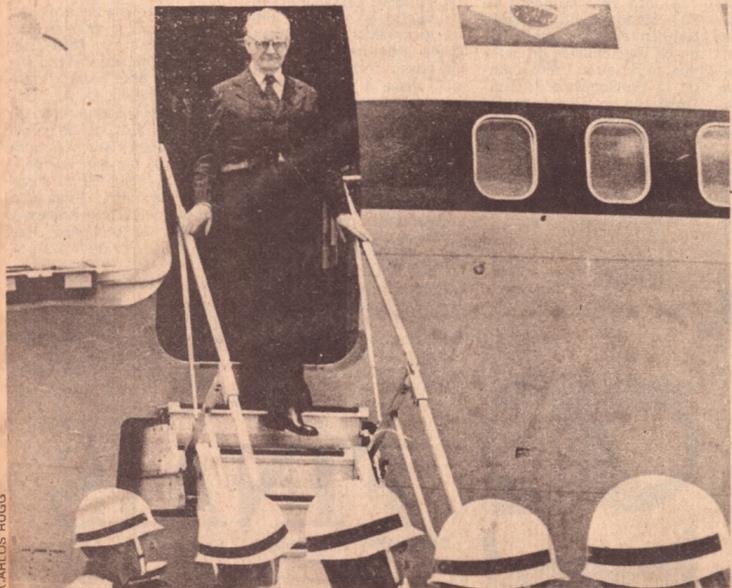


Eritrêa: um brasileiro
visita as áreas de combate
e as zonas libertadas. (Pág. 9)

EM TEMPO:
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 10,00 — NÚMERO 18 — 3/9 DE JULHO DE 1978

SINDICATOS REPUDIAM A JOGADA DE GEISEL

O projeto de reformas políticas enviado pelo general Ernesto Geisel ao Congresso Nacional, no começo da semana, recebeu condenação veemente de 32 entidades de trabalhadores de vários Estados, que divulgaram um manifesto exigindo mudanças na legislação trabalhista, direito de greve e liberdade sindical. Documento e entrevistas com Lula, Olívio Dutra e outros dirigentes sindicais, nas págs. 6 e 7.



CARLOS RUGG



NIELS ANDREAS

Roubo na eleição metalúrgica

RUI MAURO MARINI:

**“Sindicato só
não basta!”**

(Pág. 10)

**Bahia: demissões
na zona do cacau.**

(Pág. 4)

Urnas sem lacrar, fiscais impedidos de acompanhar a votação, mesários comprometidos, fraude & corrupção. Foi assim que Joaquim dos Santos Andrade, o maior pelego da América do Sul, conduziu as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Teve até polícia para tentar intimidar os membros da chapa 3, da Oposição Sindical. Pág. 5.

ESPANHA:

**Comissões
Operárias
fazem seu
Congresso**

(Pág. 8)



AURICIO CINTRA

Cristina, Graziela e Iria: as queimaduras deixam marcas.

Queimadas na PUC desmascaram Erasmus

As estudantes queimadas por bombas incendiárias, durante a invasão da PUC de São Paulo no ano passado, vão entrar agora com ação judicial contra o governo do Estado, exigindo indenização pelos danos que lhes foram causados pela repressão. Em entrevista coletiva, na última quinta-feira, elas denunciaram as atitudes do Cel. Erasmo Dias no episódio e desmascaram as promessas do ex-Secretário de Segurança. (Pág. 3)

Zaratini e Dario

O engenheiro e ex-banido Ricardo Zaratini que se encontrava preso no DOPS de São Paulo, foi transferido para Recife, onde deverá cumprir pena de um ano e meio, depois retornará para São Paulo, onde vai responder mais dois processos. Zaratini teve seu banimento revogado em decreto do Presidente Geisel, o primeiro no país, fato que causou uma certa estranheza, tendo em vista que todos os banidos que retornaram ao país antes dele foram assassinados e dados como "desaparecidos" pelo regime.

Essa atitude do governo deixa bem claro que algo está mudando na conjuntura, e que as pressões e as lutas dos movimentos de oposição em geral, e em particular a luta pela anistia, está começando a surtir efeito, onde o governo não consegue mais vedar as válvulas de escape da tão propaganda-

da democracia relativa. Ainda sobre Zaratini, o presidente Geisel recebeu carta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, denunciando violentas torturas em Zaratini no DOI CODI São Paulo.

O italiano Dario Canale, que foi preso juntamente com Zaratini, e que na semana passada estava "sumido", agora está preso no DOPS do Rio, tendo sido transferido para o DOI CODI, onde passou três dias e três noites, sem comer e sem dormir, sendo violentamente torturado, para confessar que era membro das Brigadas Vermelhas, e que teve participação no assassinato de Aldo Moro. Perguntado se sabia os nomes de seus torturadores, Dario respondeu que lá todos se tratavam por apelidos, e que embora ele saiba os nomes, "eu ainda estou preso..." (Silvestre Prado)

Trindadeiros resistindo

Os trindadeiros tiveram sua primeira vitória parcial na ação judicial que movem contra a Cia. Trindade Desenvolvimento Territorial S.A. Lóris de Lima Oliveira recebeu a concessão de uma medida liminar aprovando a manutenção de sua posse de lavoura onde está morando desde que outra medida liminar concedida pelo mesmo juiz, José Sellitte Rangel, reintegrou sua posse de moradia à Trindade Territorial. Há cerca de três meses a casa que Lóris construiu próximo a sua lavoura foi totalmente destruída por empregados da "companhia". Agora a situação começa a se inverter e o juiz Sellitte Rangel dá seu primeiro parecer favorável à causa dos trindadeiros.

"Queremos essa área dentro da Trindade. Não estamos aqui para premiar a "companhia". Não queremos trocar uma coisa que é nossa por uma que nem vimos ainda...", falou Jair da Anunciação. Quando o administrador Gabriel Arcaño, encarregado pela prefeitura para os assuntos da Trindade, levantou a hipótese de que ficando na Trindade eles poderiam tanto ganhar tudo quanto perder tudo, enfatizando a última parte, o posseiro Antonio de Jesus pediu a palavra e afirmou: "se você tem dois galos de briga você tem que colocar os dois juntos pra ver qual que vai ganhar..."

Na hora de votar a posição dos trindadeiros, o prefeito Dito Gama pediu para quem fosse contra a troca que se levantasse. Todos ficaram em pé.

Coroando os esforços da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro para liberar a área dos tratores da Cia., aliviando a tensão entre os trindadeiros, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico o pedido de tombamento da área, como o parecer favorável de seu presidente Marcelo Ipanema.

Betim: "Antecipação é trapaça"

Em Betim, município da Grande Belo Horizonte, os metalúrgicos já cuidam de se organizar para se integrarem a luta nacional por aumento de salário. Reunidos no sindicato da categoria, no último dia 25, formaram uma comissão de 20 operários que vai definir a melhor maneira de fortalecer o sindicato, como instrumento de defesa de seus interesses.

O sindicato dos metalúrgicos de Betim é bastante novo, criado em setembro de 1977, quando se desmembrou da base territorial do sindicato de Belo Horizonte e Contagem. Em sua região já há um parque industrial dos mais expressivos do país, contando hoje com cerca de 13 mil metalúrgicos, dos quais 80% se concentram na Fiat, FMB, Krupp e Ritz Chance. No entanto, o número dos sindicalizados ainda é baixo (1200 associados atualmente), um dos principais problemas que a comissão prometeu atacar. Mas na reunião um metalúrgico advertiu: "o que atrai o trabalhador para o sindicato é seu espírito de luta. Se o sindicato levar a luta por aumento de salário é claro que o trabalhador vai entrar pra ele."

com a demora das empresas em responder ao pedido de antecipação salarial de 30% feito em assembleia no dia 28 de maio. "Com o custo de vida sempre acima do salário, é claro que eu apoio a luta por antecipação", disse um deles. "Mas eu sei que antecipação é empréstimo, que o patrão desconta na época do reajuste (marcado para outubro). Acho esse desconto um absurdo. Como em São Paulo, nós temos de lutar é pelo abono."

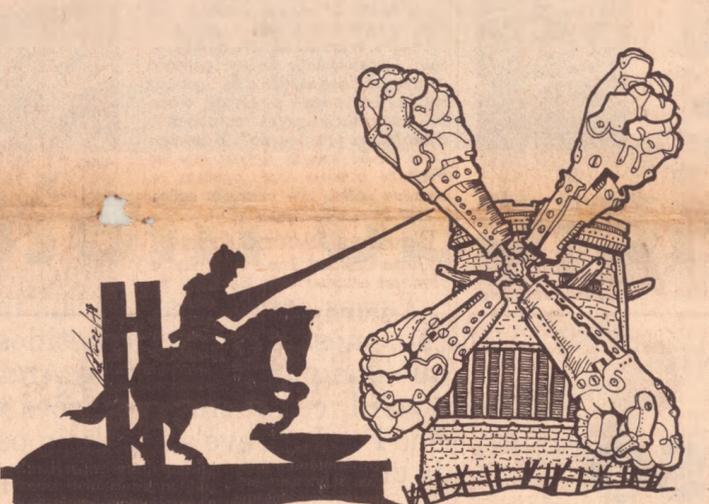
Outro metalúrgico, da FMB, foi também incisivo: "lá na fábrica achamos que antecipação é trapaça. A FMB deu uma miséria de 11% em abril e agora anda prometendo mais 7% em julho. Quem pode ficar satisfeito com isso? Por isso acho um erro dizer que antecipação é conquista do sindicato. A antecipação que as empresas dão é um desrespeito."

"Eles não cansam de desrespeitar a gente". E contou que na inauguração oficial da FMB, ocorrida na véspera, e que teve a presença do general Geisel, "a empresa deu mação novo pra gente, enquanto os homens estavam lá. Mas na segunda-feira nós vamos ter de devolver tudo. E como eles colocaram na fábrica, a nossa comida foi a pior do ano", finalizou.

Por outro lado os metalúrgicos de Betim estão descontentes

(Sucursal de Minas).

Fala, Figueiredo, Fala!



Guardadas as devidas proporções, poderíamos dizer que os altos mandatos do regime militar implantado em 1964 já começam hoje a ser punidos pelos seus atos ao longo desses 14 anos. Para se comprovar isso basta observar os verdadeiros suplícios a que têm sido submetido o general Figueiredo nas suas entrevistas com a imprensa e nos contatos mais espontâneos com a população. Mais acostumado a interrogar do que ser interrogado, a dar ordens do que pedir apoio, a tratar mais com subordinados e cavalos do que com cidadãos que começam a perder o medo, o general demonstra evidentes dificuldades para sustentar a imagem de "paladino da democracia" que convém ao presidente que irá "aprofundar" o processo de reforma do regime. Já na célebre entrevista concedida à Folha de São Paulo, logo após a ser nomeado sucessor oficial, Figueiredo acabou falando mais do que devia à irritação causada pela sua tão pequena vocação para o diálogo. Os entrevistadores descrevem vários momentos em que o entrevistado silenciava e ficava vermelho diante de algum questionamento mais direto, dando a impressão de que iria anticipar o momento por ele previsto na já famosa frase: "eu explodiu junto." Para quem não se lembra, o general referia-se então à possibilidade do regime explodir diante de questionamentos

mais incisivos. Na Isto É da semana passada, um repórter relata a primeira impressão que teve de um encontro com o ex-chefe do SNI: "ele vai me bater", enfim se o general não conseguir ficar na história como presidente da República, ele já tem tranquilamente assegurado seu lugar no "folclore" da imprensa e no anedotário nacional.

No seu descontraído bate-papo com estudantes cariocas na segunda-feira da semana passada, entretanto, o genral Figueiredo conseguiu superar-se. Em primeiro lugar, torna-se necessário esclarecer que seus interlocutores não eram nenhum desses "teríveis contestadores" que costumam ser eleitos para as diretorias de entidades representativas estudantis. Tratava-se de inocentes jovens recrutados do círculo de relações do deputado Celso Borja da ARENA, o que basta para colocá-los acima de qualquer suspeita. Entretanto, o candidato oficial irritou-se já na primeira pergunta, que dizia respeito às acusações do general Hugo de Abreu, quando o próprio interlocutor declarava que não lhes dava crédito. Dai em diante, o que se viu foi uma sucessão de repostas agressivas, contraditórias e muitas vezes desconexas, para não falar da total falta de convicção de todas elas, o que não chega a ser novidade. Por mais de uma vez, o general tentou visivelmente

Funcionários brigando na Universidade

Os funcionários da Universidade de São Paulo encaminham ao reitor Waldir Muniz Oliva, dia 15 passado, um abaixo-assinado reivindicando um acréscimo de 20% sobre o atual salário. Sem obter nenhuma resposta, prometida para o dia 22, eles decidiram se organizar em comissões por escola. Dia 26 realizaram uma assembleia, com a presença de 500 dos 800 funcionários que paralisaram as atividades nesse dia e em seguida realizaram uma passeata até a reitoria. Novamente não foram recebidos. Porém mantiveram as decisões da assembleia: tirada de uma carta aberta reafirmando a sua disposição de lutarem até o fim pela reivindicação dos 20% e denunciando as pressões sofridas por parte da administração da Universidade. Além disso decidiram enviar novo abaixo-assinado, desta vez ao governador Paulo Egidio Martins, no dia 28, dando prazo para uma resposta até esta quinta-feira. Marcaram também nova assembleia para a próxima sexta-feira, para, em caso de uma resposta negativa, de liberarem a tirada de uma greve geral.

Por outro lado a ASUSP (Associação dos Servidores da USP) esteve totalmente alheia a todo o movimento. Segundo os funcionários, ela se encontra completamente atrelada à máquina burocrática, sendo constituída por pelegos que sequer moveram um passo em apoio à causa; pelo contrário, somente tentaram impedir o acesso de funcionários às assembleias e reuniões, através de intimidações, em conjunto com a reitoria.

A luta pelo aumento de 20% se expandiu, e agora também estão se mobilizando os funcionários do campus de Ribeirão Preto e ainda os funcionários da Universidade de Campinas. Os funcionários da USP receberam manifestações de apoio da Associação dos Docentes da USP, do DCE-Livre da USP e da União Estadual dos Estudantes - UEE - de São Paulo. (S.S.)

A reitoria tem respondido aos funcionários unicamente com pressões, principalmente sobre os funcionários subalternos, com faixa salarial de Cr\$ 1.400,00 a atra-

Caso Vlado de novo adiado

Vinte e cinco de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog aparece morto numa cela do DOI-CODI, em São Paulo. A versão oficial é suicídio mas ninguém acredita. Clarice, mulher do Vlado, e seus filhos, entram com ação na justiça responsabilizando a União pela "prisão arbitrária, tortura e morte" do jornalista.

Vinte e seis de junho de 1978. Três anos depois, a expectativa é grande, dentro e fora da categoria. Na 7ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, aguarda-se a sentença do juiz João Gomes Martins Filho a respeito da ação declaratória impretada por Clarice. Em cima da hora, porém, a União, através de mandato de segurança, impede o juiz de publicar sua sentença. Não sei, positivamente, quais seriam os motivos que determinaram a suspensão da divulgação da sentença", disse João Gomes Martins à Folha de São Paulo. "Repugna a consciência de qualquer cidadão o fato da União recorrer a um expediente desse tipo para impedir a publicação de uma sentença que, ao que tudo indica, reconheceria a responsabilidade da União pela morte de nosso companheiro Vlado", disse a EM TEMPO o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David Moraes.

ocorrer prejuízo irreparável antes do julgamento final do mandato de segurança. O juiz João Gomes Martins não concordou com essa argumentação, enxergando-a como "jurisprudência," movida por interesses de difícil compreensão em se tratando de "simples despacho".

Não é a primeira vez que a União atrasa a ação. Iniciada logo após a morte de Vlado, sofreu grande adiamento justamente em função da demora da União em indicar um curador que representasse os filhos menores de Herzog. Quando marcou a audiência, João Gomes Martins teve que rejeitar mais duas objeções levantadas pela União. Esta achava que não cabia no caso ação declaratória e, ainda, que o caso já estava encerrado no âmbito da Justiça por ter sido determinado pela Auditoria Militar o arquivamento do Inquérito Policial Militar sobre a morte de Herzog.

Técnicamente, o Tribunal Federal de Recursos pode julgar e denegar o mandato antes do recurso que começa dia 1º de julho. Essa, porém, é a hipótese menos provável. E, o que é pior: João Gomes Martins aposentou-se no próximo dia 3, o que abre espaço para que seu substituto, se o desejar, peça nova instrução do processo. Em outras palavras, o caso Herzog poderá arrastar-se por tempo indefinido nos labirintos da Justiça, neste caso claramente comprometida com o emperramento do processo, nas suas instâncias de maior poder.

Não cabe, porém, o derrotismo: "Temos confiança que, com o prosseguimento da nossa luta, um dia conseguiremos apurar e tornar pública toda a verdade sobre a morte do Vlado", diz David Moraes.

Segundo o ministro Jarbas Nobre do Tribunal Federal de Recursos, que concedeu a liminar, "a União requereu o mandato de segurança para que a sentença não fosse publicada, sem o prévio exame de um recurso apresentado, no qual sustenta a inaplicabilidade da ação declaratória para o fim desejado pela viúva de Vladimir Herzog". O ministro fundamenta sua decisão na lei 1533, que autoriza concessão de liminar sempre que houver possibilidade de

Carlos Moreira

Seguindo sua tática de propor "acordos" que só interessam a si mesma, a "companhia" Trindade Territorial voltou a carga, dessa vez para propor ao prefeito Benedito Gama a troca das duas áreas sob tutela da prefeitura (76 mil m²) em Trindade por outra "melhor" em Parati. No último dia 17/6 o prefeito reuniu-se com cerca de 70 trindadeiros para transmitir essa proposta. A primeira resposta veio clara como água de cachoeira:

(Cristine/Ennio)

Fim de festa, Videla.

O chefe da junta militar e presidente da Argentina, Jorge Rafael Videla, procurou capitalizar ao máximo os dividendos políticos propiciados pela realização do Campeonato Mundial de Futebol e aparentemente tem conseguido um bom saldo. Mas a festa acabou e a situação de repressão política e de depressão econômica não.

Iludidos com o título de campeões do mundo, o povo sai às ruas para extravassar seus sentimentos e alegrias, há tempos reprimidos pelo aparato do regime ditatorial imposto, principalmente, após o golpe militar de 24 de março de 1976.

ca e econômica argentina entra agora em nova fase, que se caracteriza pela definição do esquema de poder, pelo início de uma "abertura" político-sindical e definição de novas diretrizes para a área econômica, que se encontra terrivelmente abalada, como os próprios dados oficiais demonstram: o aumento do custo de vida nos seis primeiros meses deste ano foi de 56,9% (3% a menos que o previsto para todo o ano de 1978). Os próprios economistas ligados ao regime já estão conscientes de que o processo inflacionário não será inferior a 160%, podendo chegar a 191%. Enquanto isso o Produto Nacional Bruto baixou no primeiro trimestre 7,2%, a produção agropecuária caiu 7,3% e a industrial 11,5%.

Mas por três dessa tentativa de dispersão, proporcionada pela festa da conquista do título, existe a própria realidade a mostrar que este foi um campeonato com pretensões excessivamente políticas e que pretende assegurar uma nova roupagem ao futuro do regime ditatorial. E aparentemente o saldo do investimento feito começa a aparecer. Um exemplo disso foi a divulgação, pela imprensa, de uma nota assinada por mais de cem entidades, condenando a "campanha contra o país no exterior e indiretamente se solidarizando com o atual governo".

O regime militar procurou traçar, na trajetória da bola, uma aproximação com o povo, mas as questões deste povo o regime não resolverá com festas, mesmo porque ele não está interessado em resolvê-las. E a vida política

Dai a necessidade urgente de investimentos estrangeiros para reativar a economia do país. Mas a questão colocada é que o aparentemente pacífico e bem sucedido Campeonato Mundial de Futebol não foi suficiente para limpar a barra do país diante do mercado financeiro internacional. Outro dado que confirma que tudo continua como antes na Argentina é que os próprios grupos para-militares continuam agindo impunemente, como demonstra o desaparecimento, durante a Copa, do jornalista Julian Delgado, diretor do diário El Cronista Comercial e da revista Mercado, e até hoje não esclarecido pelos militares.

(Anilton Pinheiro)

GERAIS FINAIS

CENSURA O deputado federal Walter Silva, do MDB-RJ, está relacionando todos os nomes dos delegados e agentes da Polícia Federal que tiveram qualquer participação na censura aos meios de comunicação no período entre 72 e 75, ao mesmo tempo em que solicitou às empresas de comunicação uma estimativa dos prejuízos sofridos devido à atuação da censura. Seu objetivo é instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito ainda em agosto. Essa CPI mostrará os danos causados pela censura e servirá de base para ações judiciais de ressarcimento dos prejuízos por eles causados.

INQUÉRITO Foi arquivado o inquérito instaurado pela Polícia Federal contra onze professores das escolas OCA e Oficina, de Curitiba, acusados de ensinarem "preceitos marxistas" aos seus alunos, crianças de 3 a 6 anos! Os professores foram presos no dia 18 de março, e permaneceram incommunicáveis durante todo o período da prisão, que variou no espaço de uma semana. Agora o inquérito é arquivado, "por insuficiência de provas".

CAJÁ Preso há quase dois meses no Recife, o estudante Edval Nunes da Silva (Cajá) teve indeferido o pedido de relaxamento de prisão, impretado por seu advogado. Cajá, que foi presidente do DCE da Universidade Federal de Pernambuco, vai continuar preso no Departamento de Polícia Federal daquele Estado.

PRISÃO O tenente coronel Tarcísio Ferreira, que há

um tempo cumpriu prisão disciplinar em Curitiba por mais de um mês, por haver feito críticas ao regime; foi novamente punido na semana passada, tendo permanecido preso durante quatro dias. O motivo, desta vez, teria sido a participação do coronel num jantar com membros do MDB, e suas declarações do que João Batista Figueiredo seria derrotado por Euler Bentes.

MACALÉ O cantor e compositor Jards Macalé foi preso na última terça-feira em Vitória (ES) e permaneceu em total incommunicabilidade durante todo o dia. O motivo alegado pela Polícia Federal, que o prendeu, foi de que ele, num show realizado no dia anterior, não havia seguido a programação previamente aprovada pela Censura. Macalé continua realizando o seu show em Vitória, mas foram proibidas suas músicas, que fazem parte da trilha sonora do filme "Amuleto de Ogum", liberado desde 1973 e ainda um samba de breque composto e cantando há mais de 20 anos por Moreira da Silva.

METALÚRGICOS A greve dos metalúrgicos já chegou a Piracicaba, no interior de São Paulo. Os 1300 operários da Caterpillar paralisaram toda a produção na última terça-feira, exigindo 20% de aumento imediato e mais 15% de adiantamento em setembro. Por outro lado, em Curitiba, a Siemens, diante da ameaça de seus operários de também entrarem em greve, já prometeu um aumento de 20,5%, apesar de estar adiando a formalização da decisão.

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão.....
 Idade Endereço Bairro.....
 Fone Cidade Estado CEP.....
 End. Comercial Horário..... Fone.....
 Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A.
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. fone 853-6680.
 Anua! Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Salda, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr, Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Marex Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moura, Maria Rita Kehl, Raul Anjaldi Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro Presidente), Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Ed. Ferraz, Fernando, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr. Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito, Fausto Brito, Fausto Brito, Fausto Brito.

Assessoria de Redação: Carlos Moura

Secretaria: Graciana Paula Roberto M. Pinheiro

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados. O jornal não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de artigos publicados.

EDITORIAIS: Opiniões e artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. O jornal

BOMBAS NA INVASÃO DA PUC

Estudantes exigem indenização

As estudantes atingidas pelas bombas durante a invasão da PUC, ano passado, anunciaram que vão entrar com ação judicial contra o Estado exigindo indenização pelos danos físicos e morais a elas causados pela repressão.

Levantaram novas acusações contra o coronel Erasmo Dias, agora candidato arenista à Câmara Federal. E colocaram dúvidas sobre a natureza das bombas que teriam sido proibidas até para uso interno nos Estados Unidos e liberadas apenas para combates de guerra.

Ainda andando com dificuldades e com quase 40 por cento de seu corpo coberto por uma carne escura e esponjosa, resultado das queimaduras de 3º grau que sofreu no braço, coxa direita e no tórax, durante a invasão policial à PUC, em agosto do ano passado, Maria Cristina Raduan - 23 anos, estudante de Ciências Sociais - denunciou na tarde da última quinta-feira a suspensão, por parte da Secretaria de Segurança de São Paulo, do pagamento do tratamento de fisioterapia e betaterapia que vinha fazendo desde que foi atingida pelas bombas incendiárias lançadas pela polícia.

Maria Cristina - que fez esta denúncia juntamente com Iria Visona e Graziela Eugênia Augusto, outras das 20 estudantes paulistas que também foram queimadas durante a invasão à PUC - afirmou, também que ainda esta semana entrarão, através do advogado Mário Simas, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, com uma ação judicial contra o Estado exigindo indenização por danos físicos e morais causados a elas pela ação policial. Anunciou, ainda, que juntamente com os DCEs da PUC e USP e entidades que lutam em defesa dos direitos humanos "vamos lutar pela reabertura do inquérito que acabou incriminando o Coronel

Erasmo Dias e que foi vergonhosamente arquivado".

"A Comissão de Inquérito instaurada pela Essembléia Legislativa acabou por condenar o coronel Erasmo Dias, considerando-o criminoso e assassino, e inexplicavelmente o governador Paulo Egydio Martins mandou que a Justiça arquivasse o processo. Hoje, o coronel Erasmo é até candidato da Arena de São Paulo à Câmara Federal e continua contando com o apoio do governador deste Estado" disseram as estudantes, que também afirmam que as bombas lançadas sobre elas "não eram de gás lacrimogênio e sim incendiárias com algum composto químico que ainda hoje continua causando sérias seqüências, como problemas psicológicos e até crônica como é o caso de umas das nossas amigas".

Suspensão do pagamento

De acordo com Cristina, Graziela e Iria, a Secretaria da Segurança pagou as despesas hospitalares e de intervenções cirúrgicas - todas elas tiveram que fazer operações reparadoras e algumas, como Cristina, já se submetem a cinco dessas cirurgias - mas há pouco menos de um mês, principalmente quando o coronel Enio Viegas Monteiro assumiu

a direção da Secretaria para a desincompatibilização do coronel Erasmo Dias, que concorrerá às eleições de novembro, deixou de pagar o tratamento.

Na verdade, segundo as estudantes, desde que o processo da invasão da PUC foi arquivado "a Secretaria vem colocando dificuldades para pagar o nosso tratamento". Acrescentam que "antes, temendo talvez uma maior reação da opinião pública, o coronel Erasmo Dias afirmou que arcaria com todas as despesas do nosso tratamento mas esta assistência só durou por pouco tempo. E agora o coronel Orlando Rodrigues, que é o assistente do atual secretário, diz que a Secretaria não tem mais verbas e que se o Erasmo pagava quando era secretário era porque a culpa tinha sido dele mas que o dinheiro não era nem da Secretaria mas sim de familiares dele".

Com a suspensão do pagamento do tratamento, Cristina e Iria não têm condições de continuar fazendo-o, já que cada sessão de fisioterapia e betaterapia custa Cr\$ 500,00 e não é feita em hospitais do INPS. Já Graziela, que fazia radioterapia para recuperar a mobilidade de uma das mãos atingidas pelas bombas, também está impedida de continuar o tratamento, pois cada aplicação custa Cr\$ 1.000,00. Além desses tratamentos - alguns deles, como o caso da fisioterapia, precisa ser feito até 4 vezes por semana - as estudantes também precisam fazer novas operações reparadoras mas para isso elas não têm condições financeiras.

Mais recentemente, estas estudantes voltaram à Secretaria da Segurança e pediram para falar diretamente com o secretário. O seu assistente, entretanto, negou este encontro e quando elas pediram que assumisse essa decisão por escrito, ficou bastante irritado e pediu que elas se retirassem. Antes, contudo, ele tinha sugerido às três que fizessem o tratamento de recuperação com os próprios médicos da Secretaria da Segurança e do Deops, o que foi entendido pelas estudantes como "uma provocação". E comentam: "Não vamos deixar que as mesmas pessoas que jogaram as bombas sobre nós venham agora tratar de nossas lesões".

Bombas incendiárias

Como Cristina, Iria e Graziela - a primeira estudante de Biologia, da

USP, e a segunda de Jornalismo, na Cásper Líbero - também apresentam problemas em decorrência das bombas. Todas as partes dos seus corpos, afetadas pelas labaredas das bombas, também estão cobertas por uma carne escura e esponjosa e Iria se locomove com dificuldade, uma vez que toda sua perna esquerda foi atingida por queimaduras de 3º grau, sendo submetida a vários enxertos. Todas essas seqüências - e as demais sequelas causadas nas outras companheiras também atingidas pelas bombas - fazem com que as mesmas cheguem à conclusão de que as bombas lançadas não eram de gás lacrimogênio.

"Uma das maiores provas disso - diz Iria - eram as enormes labaredas que subiam assim que elas batiam no chão e que além de nos queimarem também queimaram a gramínea que fica na frente da PUC, o mesmo acontecendo com um coqueiro que ficou totalmente queimado". Já Graziela desmente a versão do coronel Erasmo Dias de que suas roupas só foram queimadas porque eram de tecido sintético. "Eu estava com uma blusa de algodão e uma calça Lee, que não são sintéticas, e tudo ficou completamente queimado". Elas lembram também os relatórios apresentados pelos médicos que as trataram, "os

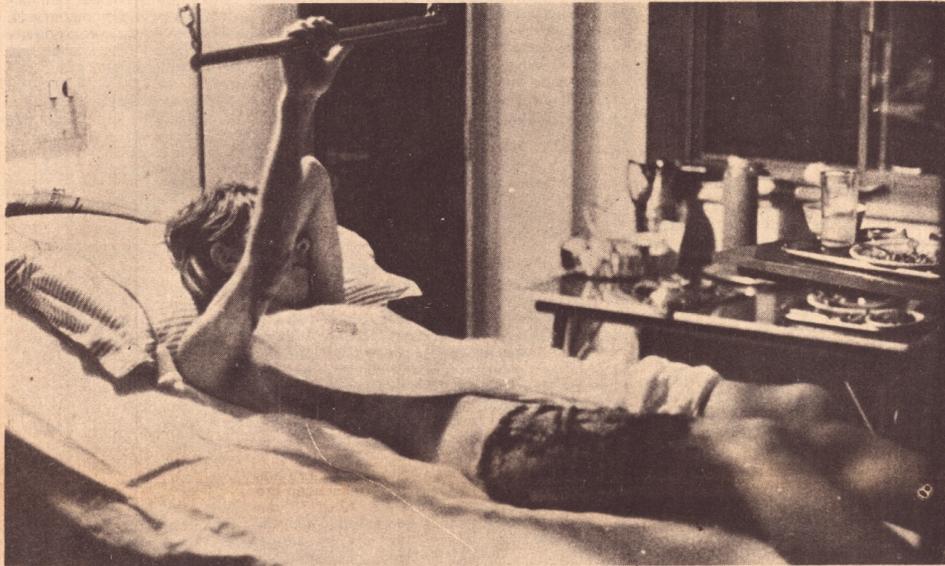
quais constataram a presença de elementos estranhos dentro das nossas feridas, concluindo-se assim que havia elementos estranhos na bomba".

Cristina, inclusive, chegou a lembrar um relatório do médico Alvaro Duarte Cardoso, que a tratou durante os dois meses em que ficou internada na Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, e que se referia a "esses elementos estranhos, como se fossem estilhaços, e que não são comuns em nenhum tipo de bomba de efeito moral". Essa opinião também é compartilhada pelo advogado Paulo Costi - que juntamente com Mário Siris ingressara com ação judicial pedindo indenização pelos danos causados às estudantes. Paulo Costa vai pedir que a Perícia Técnica investigue melhor tanto essas lesões como os pedaços das vestimentas que sobraram do fogo.

As estudantes também lembram documentos apresentados pela Anistia Internacional. Estes afirmam que as bombas lançadas sobre os estudantes concentrados na PUC "são de fato chamados litros e causaram danos severos durante uma manifestação dos Estados Unidos", daí porque elas teriam sido proibidas naquele país e liberadas apenas para combate em guerra.

Outro documento, assinado por Thomas Hammarberg, presidente da Anistia Internacional, diz que "enviamos a história para a televisão (BBC) e o programa mostrou que não se tratava de gás lacrimogênio, mas de algo mais sério. Uma das teorias era de que se tratava de fósforo branco ou amarelo".

As estudantes lembraram também uma reportagem que saiu recentemente em um jornal do Rio de Janeiro, onde afirma que apesar de ainda não se ter provas conclusivas sobre o material explosivo e incendiário utilizado durante a invasão à PUC, o Exército brasileiro teria comprado 1.326 invólucros (canisters) do produto "chemical mace", com os quais seriam fabricados as bombas pela indústria de material bélico Smith and Wesson. Testes preliminares feitos com este produto teriam concluído que ele causa irritação nos olhos e na pele, provoca opacidade ou arranhadura na superfície da córnea, causa prejuízos à traquéia e grandes lesões na pele. (Emanuel Nery)



Empresários querem dar as cartas

"O sistema de livre iniciativa e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos do cidadão e garantam a liberdade". É o que diz o primeiro Documento dos Empresários, assinado por oito dirigentes industriais, lançado segunda-feira. Eles foram escolhidos no ano passado, numa consulta promovida pelo jornal "Gazeta Mercantil", junto a cinco mil homens de negócios, como porta-vozes do empresário brasileiro.

Os signatários: Cláudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antonio Ermirio de Moraes, Paulo Villares, Paulo Vellinho, Laerte Setúbal Filho e Jorge Gerdau.

As divergências entre os parceiros no poder - acirradas pelas dificuldades econômicas que o país enfrenta - dizem respeito tanto aos rumos a serem seguidos pela economia como a forma pela qual os negócios da burguesia serão geridos. As forças armadas continuarão como tutoras ou a burguesia vai se emancipar?

Pela primeira vez, desde os idos do populismo, um segmento importante da burguesia brasileira mostra-se determinado a conduzir diretamente os destinos da Nação, apresentando um projeto "de desenvolvimento econômico fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas".

O manifesto da nova burguesia esclarecida, trazido a público no começo da semana, não deixa de ser o coroamento do processo de transformação da estrutura produtiva que vem dotando o capitalismo brasileiro de feições modernas, distintas daquelas que tinha há vinte anos, quando Juscelino Kubistchek acionava o Plano de Metas.

Não é átoa, que os mais conhecidos signatários do Primeiro Documento dos Empresários sejam também os porta-vozes da indústria de máquinas e equipamentos (os bens de capital), setor que hoje se apresenta como um dos mais prósperos do país. A maior auto-suficiência do parque industrial brasileiro - até pouco tempo fortemente atrelado ao fornecimento externo de máquinas, equipamentos e tecnologia sofisticada - permitida pela expansão da produção interna destes bens, aponta para a supressão das onerosas importações que sobrecarregam nossas contas externas. Ademais, implicará no rompimento da ênfase consumista que o desenvolvimento capitalista baseado nos bens de consumo duráveis supõe. Enfim, redefinição com respeito aos laços com o capital estrangeiro: um capitalismo menos predatório e mais autônomo.

Crescendo à sombra da produção de automóveis e eletrodomésticos e amparado pelos favores do Estado, o setor de bens de capital reivindica agora o privilégio de orientar os novos passos do capitalismo brasileiro.

Finalmente, frente aos desmandos e bandalheiras do sistema financeiro: das regalías auferidas pelo setor de bens de

consumo duráveis (predominantemente estrangeiro) e dos problemas do balanço de pagamentos, a indústria de máquinas e equipamentos aparece como irmã sábia dentro de uma família pródiga.

Outros são os responsáveis pela crise econômica e pelas evidentes aberrações que a economia brasileira ostenta: a indústria de base oferece a alternativa de um desenvolvimento capitalista equilibrado. "A ênfase no desenvolvimento industrial deverá repousar sobre a indústria de base", esclarece o documento empresarial; queremos o "fortalecimento da empresa nacional" e o estabelecimento de "regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras" que permitam "o convívio proveitoso para a nação entre os parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional".

Prioridade para a produção de máquinas e equipamentos e primeiro plano para os grupos nacionais na parceria dos donos do país; enfim, a hegemonia para a fração monopolista da burguesia brasileira. Mas a proposta não se restringe a mudanças na área econômica. E aí está a novidade.

As divergências entre os parceiros no poder - acirradas pelas dificuldades econômicas que o país enfrenta - dizem respeito tanto aos rumos a serem seguidos pelas economias como a forma pela qual os negócios da burguesia serão geridos. Em poucas palavras: as forças armadas continuarão como tutoras ou a burguesia vai se emancipar?

Os tímidos e conservadores preferem a segurança da tutela militar, pedindo "maior cautela" no projeto de abertura política (vide o documento de 102 assinaturas divulgado no 02/06/78). Então com a candidatura Figueiredo. Os mais lúcios e perspicazes observam o que se passa além das paredes de suas empresas ou das cercas de suas fazendas.

É por isto que a reanimação do movimento popular e, principalmente, as recentes manifestações da disposição de luta da classe operária são contempladas no Primeiro Documento dos Empresários. Contra pondo-se aos seus colegas para quem "a questão social é um caso de polícia", os Bardellas e Villares dizem-se preocupados com as "desigualdades sociais profundas" que estão "pondo em risco, a longo prazo, a estabilidade social e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de uma sociedade moderna".

Levantam a bandeira de uma "política salarial justa, que leve em conta, de fato, o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade médios da economia". Preocupam-se em orientar os gastos públicos na direção dos setores de saneamento; saúde; habitação; transportes e educação. Em síntese: propõem melhores salários e melhores condições de vida.

"E só há um regime capaz de promover a plena exploração de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões e transformá-las num indesejável conflito de classes - o regime democrático".

A democracia é sempre favorável aos interesses dos dominados. O que não significa dizer que, consequentemente, é sempre contrária aos interesses do capital. A proposta dos empresários leva em conta os preciosos ensinamentos da social-democracia para evitar que "tensões" transformem-se em "conflitos de classe".

Não se trata somente do fato de que é preciso ampliar a arena de discussão para as próprias classes dominantes resolverem suas distensões e desacordos. Os empresários de vanguarda, picados pela mosca da social-democracia europeia e venezuelana, vislumbram instituir algumas reformas que garantam melhora nas condições de vida e de trabalho da classe operária e, concomitantemente, abram os canais para uma colaboração de classes. Afinal, a social-democracia portuguesa e seu tímido reformismo aí estão para demonstrar que o anti-comunismo dos socialistas entre aspas é também um eficiente guardião dos interesses da burguesia.

É preciso, pois, ousar. Para prescindir da repressão ostensiva e permanente, a burguesia tem de exercer seu domínio econômico mobilizando amplos setores sociais a seu favor. Aos riscos da liberdade sindical (e talvez mesmo partidária) os empresários do Primeiro Documento pretendem garantir lucros extorquidos de maneira mais moderna. E por isso que se dirigem à toda sociedade e propõem algumas medidas de caráter progressista.

Melhor para os trabalhadores. Se não é este o seu programa, nem esta a democracia que mais os interessa, o espaço político que se abre só pode favorecer-lhes no caminho que terão de percorrer para construir seu próprio destino.

(Guido Mantega e Maria Moraes)

EDITORIAL

Reformas, caricatura de democracia.

De repente todos são democratas. Após 14 anos de violências, prisões, arbitrariedades, extermínios de liberdades públicas, o regime propõe-se, como um Aladim invertido, voltar para dentro da lâmpada e devolver ao país as liberdades usurpadas. Para isto, pouco mais que um esfregor de mão foi necessário - usou-se o conhecimento de juristas assalariados pelo governo e a criatividade de políticos a seu serviço.

As reformas do regime, dando-lhe uma feição mais "liberalizante", não são fruto do acaso. Em parte, elas decorrem das mudanças verificadas no país nos últimos 14 anos, que não são poucas. O capitalismo hoje está solidificado e com uma base de acumulação incomparavelmente superior aos anos de 1960. A "jovem burguesia" e os administradores do capital estrangeiro sabem ser possível ainda impor soluções vindas de cima, porque no momento as camadas populares não contam com forças suficientes para impor uma saída própria.

Mas as reformas do regime não são apenas um esforço de "modernização", imposto pela evolução da sociedade brasileira. Elas são uma tentativa-primeiro-de fazer frente às próprias dissidências burguesas que, articulando-se por fora, propõem soluções mais radicais. É sintomático que o governo tenha radicalizado um pouco nas suas reformas a partir do momento em que setores da classe dominante passaram a ser mais ousados e acenaram com a bandeira da "Frente Nacional de Democratização".

De outro lado, o regime não pode mais fazer vistas grossas à insatisfação que vem de baixo e sabe ser impossível manter tudo na mesma, garantindo a sua sobrevivência apenas na base da força bruta.

O regime, que não é a ditadura da metralhadora sobre a sociedade burguesa, mas sim a ditadura burguesa por meio da metralhadora, já não serve para muita gen-

te que antes o apoiou. Não serve para os setores médios apavorados com os pagamentos do fim de mês. Também não serve para setores da burguesia convencidos da ineficiência administrativa dos tecnocratas do governo. Eles sabem que o dinheiro da Lufalla, do grupo Lume, assim como o enorme montante de divisas que deixa o país, são necessários para contribuir na superação da crise econômica.

Não é preciso seradivinho para descobrir o sentido da reforma: antecipar-se aos reclamos populares, ganhar tempo, ceder no secundário para garantir o principal. A história mostra que é impossível governar por muito tempo contra a vontade de 90% da população, ou sem um mínimo de base social. Quando se governa sem este mínimo de apoio, a insatisfação pode se generalizar e por isto o governo procura se antecipar antes que a situação se torne irreversível.

O arbitrio não será extirpado. Será regulamentado. O Pacote de Abril e as reformas de junho não são expressões de um movimento contraditório no interior do regime ditatorial. Ao contrário, são projetos complementares e fazem parte de um mesmo plano de ação. Com as modificações no artigo 48, o governo, através dos "biónicos", bloqueia qualquer iniciativa de emendas constitucionais por parte da oposição.

O presidente "não pode mais cassar mandatos", salvo em casos previstos pela Lei de Segurança Nacional, o que dá quase que na mesma. Esta lei prevê pena de até 10 anos para o delito de opinião.

E o deputado ou senador acusado terá o seu mandato suspenso antes que seja julgado. Além disso, as reformas permitem ao presidente decretar medidas de Emergência, Estado de Sítio e Estado de Emergência. Nos três casos, o governo continua praticamente com os mesmos poderes que lhe conferem o AI-5. As Me-

das de Emergência permitem a intervenção localizada por parte do governo, isto é, a aplicação eventual de qualquer medida restritiva. E ele deve apenas comunicar ao Congresso o que fez.

O Estado de Emergência terá validade de 90 dias, prorrogáveis por uma vez, e sua decretação deverá ser comunicada ao Congresso. E o Estado de Sítio poderá durar 180 dias, prorrogáveis infinitamente, devendo ser "submetido" (?) ao Congresso. A nova legislação partidária torna impossível o aparecimento de partidos populares que surjam pela base, demonstrando assim o caráter autoritário das reformas e contra quem elas se voltam: contra as camadas populares. Ao mesmo tempo, a Lei Falcão e o Pacote de Abril, assim como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e a atual estrutura sindical são mantidas.

As reformas, no fundo, são o que dissemos acima: algo que concede no secundário para manter o principal. Mas na luta democrática, nada é dado de graça e mesmo pequenas conquistas parciais são importantes. Neste sentido, o restabelecimento das garantias da Magistratura, do habeas corpus; a extinção da ineligiibilidade eterna dos cassados, assim como da pena de morte, do banimento e da prisão perpétua; o fim do poder do presidente de decretar o recesso do Congresso - são conquistas que, embora tímidas, devem ser consideradas como ampliação de espaço para a luta da oposição.

Têm razão alguns dirigentes sindicais quando dizem que as reformas foram feitas para a elite e que elas não beneficiam em nada a classe operária. Mas não somente pelas razões apontadas por estes dirigentes, de que as reformas não alteraram a legislação trabalhista; principalmente porque as reformas são apenas uma caricatura de democracia.



Os fazendeiros do cacau, no Sudeste da Bahia, de alguns anos para cá, resolveram fazer dispensas em massa dos trabalhadores que mantinham nas fazendas como assalariados permanentes. Pretendiam com esta medida aumentar os seus lucros, livrando-se dos encargos sociais. Os trabalhos na lavoura, daí em diante, seriam tocados por empreitadas com trabalhadores temporários, facilmente encontrados nas periferias das cidades e das vilas que vão "inchando" em toda a região.

Acontece que o tiro saiu pela culatra. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, desde 1974 que os trabalhadores não têm cobrado diferenças salariais. E que os fluxos migratórios para a região do cacau foram interceptados por novos atrativos e os trabalhadores que ficaram na periferia das cidades da região cacauífera ganharam maior poder de negociação salarial. E ninguém trabalha mais a troco de salário mínimo. A diária na região tem chegado a Cr\$ 100.

Ainda no ano passado, houve fazendas que perderam safra porque, além de não ter trabalhadores permanentes, pagavam um salário muito baixo. Ninguém foi lá. Fatos dessa natureza podem "comprometer" não somente a extração de altas taxas de lucros dos fa-

"Os fazendeiros daqui, moço, a cada ano que passa vão tendo um lucro cada vez maior. A gente sabe quantas fazendas de gado eles compram todo ano. As casas comerciais que abrem. Tudo isso adquirido com o lucro tirado das nossas costas. E eles dizem ainda que está faltando trabalhador aqui na região. Mas como, se eles estão botando tanta gente para fora das fazendas? E por que eles não pagam um salário melhor para os trabalhadores?"
(Depoimento de dois volantes moradores no Bairro do Caju, em Itabuna, a 427 km de Salvador, onde esteve a reportagem de EM TEMPO, para conhecer a situação de vida nas lavouras do cacau).

zendeiros que se vêem obrigados a pagar salários acima do mínimo, como também, poderia "dificultar" a colocação do produto brasileiro no mercado internacional, desde quando os custos para a sua obtenção superassem os de outros países também produtores de cacau.

Daí porque a CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, vinculada ao Ministério da Agricultura, além de todo apoio que vem dando aos fazendeiros para que renovem seus cacaueis, utilizem técnicas mais modernas no cultivo e no processamento do cacau, tudo isso subsidiado por cômodos financiamentos dos bancos oficiais, está agora empenhada numa pesquisa em todo o Nordeste Brasileiro, visando descobrir bolsões de mão-de-obra a fim de tentar desencadear fluxos migratórios para a região cacauífera.

A CEPLAC, na região cacauífera da Bahia, não é outra coisa senão a reprodução do Estado Brasileiro que não faz cerimônias em oprimir os trabalhadores e criar todas as condições necessárias para que os patrões e as empresas, em especial as que se voltam para o mercado externo, possam auferir um máximo de lucros, pagando um mínimo de salários a uma população que produz muito, mesmo vivendo em barracos e comendo apenas o necessário para se manter viva.



As contas dos trabalhadores

"Os fazendeiros daqui, moço, a cada ano que passa vão tendo um lucro cada vez maior. A gente sabe quantas fazendas de gado eles compram todo ano. As casas comerciais que abrem. Tudo isso adquirido com o lucro tirado das nossas costas. E eles dizem, ainda, que está faltando trabalhador aqui na região. Mas como, se eles estão botando tanta gente para fora das fazendas? E por que eles não pagam um salário melhor para os trabalhadores?"

Depois de fazerem essas considerações e levantarem essas questões, Clóvis Pereira dos Santos e Manoel Donato, ambos trabalhadores volantes, moradores no Bairro do Caju, em Itabuna, a 427 km de Salvador, mostram com muita segurança que, apesar de uma arroba (15 Kg) de cacau estar sendo vendida atualmente, na praça de Ilhéus, por 550 cruzeiros, os proprietários não chegam a pagar 30 cruzeiros de mão-de-obra. Não há outros gastos, indiretos sequer, com mão-de-obra.

Segundo os trabalhadores, uma tarefa de terra pode dar 50 arrobas de cacau, considerando-se muito por baixo. Os salários dos trabalhadores são proporcionais à área trabalhada ou à jornada de oito horas e não à produção obtida, exceção feita apenas à "secagem". O que equivale dizer que se numa tarefa de terra, geralmente com 400 pés de cacau, houver uma produção maior, os gastos do fazendeiro com mão-de-obra permanecem praticamente inalterados.

Gastos com mão de obra para se obter 50 arrobas, ou seja, numa tarefa de terra:
Preparo de remédio p/ pulverização... 23,00
Motor (trabalho de pulverização c/ motor às costas) 33,00
Adubo (são 4 homens para

adubar uma tarefa) 240,00
Poda (feita uma vez em cada dois anos) 500,00
Rocagem (uma em cada ano, seria melhor duas) 200,00
Colheita (paga na diária) 80,00
Bandeira (paga na diária) 40,00
Quebra e coxo 80,00
Secagem (paga a 3,50 por arroba) 175,00
TOTAL Cr\$ 1.371,00

Reduzindo-se à unidade tem-se: (considerando-se os preços da época, porque a arroba já chegou esse ano a Cr\$ 800,00)

Arroba Cr\$ 550,00
Uma tarefa (50 arrobas x Cr\$ 550,00) Cr\$ 27.500,00
Mão-de-obra p/ 50 arrobas Cr\$ 1.371,00
Mão-de-obra por arroba Cr\$ 27,42

Para se fazer o "preparo do remédio" e a pulverização não são oferecidos preservativos aos trabalhadores. Muita gente tem ficado "fraca do pulmão" porque nas épocas de chuva a secagem deve ser feita na estufa, num calor insuportável e o trabalhador muitas vezes é obrigado, mesmo estando a alta temperatura, a receber pesadas chuvas. Em geral os trabalhadores se deslocam a pé para as fazendas. Quando a fazenda é muito longe da cidade, os trabalhadores armam o rancho na fazenda e voltam apenas no final da semana para ver a família. É muito raro os fazendeiros darem o transporte.

Empregados e trabalhadores

Normalmente os serviços são contratados por "empregados" (nome dado ao administrador ou outros trabalhadores considerados da confiança do patrão e dedicados a serviços de adminis-

tração, são poucos, em geral em cada fazenda). O proprietário, muitas vezes, só é conhecido pelo nome. Mora fora, ou mesmo vive cuidando de muitos negócios e quando aparecem nas fazendas se entendem apenas com "os empregados". Os trabalhadores - os que efetivamente estão ligados à produção - não conhecem pessoalmente as pessoas para as quais trabalham.

Geralmente os trabalhadores permanentes têm carteira assinada e recebem férias e 13º salário. Não recebem horas extras e como as feiras da região são no dia de sábado, muitas fazendas não pagam o repouso semanal remunerado, embora, pelos depoimentos colhidos, se possa deduzir que, mesmo trabalhando apenas cinco dias por semana, eles cobrem com sobras a jornada de 48 horas de trabalho semanais. Há uma preocupação em não deixar esses trabalhadores completarem muitos anos na fazenda a não ser aqueles que desempenham tarefas consideradas mais especializadas como a "secagem" que, se mal feita colocará em risco toda a produção colhida.

Mesmo considerando as durezas e os maus tratos a que são submetidos, Clóvis e Manoel consideram que a sua condição de volantes é melhor que a dos trabalhadores permanentes porque "pelo menos a gente pode negociar com os patrões o salário que se deseja ganhar. Trabalhando fixo, os patrões pagam o que eles querem". Para os volantes a modalidade de contrato é a "empreitada". Os trabalhadores aceitam fazer determinada tarefa por "x" e lançam-se ao trabalho. A cada semana, vão tomando o adiantamento em dinheiro, com o cuidado de deixar sempre um saldo para receber no final da empreitada.

Indenizações

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna que tem em

sua base territorial cerca de 24 a 25 mil trabalhadores disse que o número de indenizações na região vem crescendo de 1973 para cá. As indenizações geralmente são homologadas no próprio Sindicato dos Trabalhadores, embora um grande número delas seja na Junta de Conciliação. Tem havido muitas homologações de trabalhadores estáveis. Entretanto, esclarece o Sindicato, a média do tempo de serviço indenizado oscila entre dois e cinco anos.

Apesar da CEPLAC e outros dizerem que falta trabalhador na região, os dados fornecidos pelo Sindicato revelam demissões em massa, pois somente em Itabuna foram despedidos, em 1974, 928 trabalhadores; em 1975, 1.280; em 1976, 1.738. Os dados referentes a 1977 ainda não estavam totalizados, mas assegura o Sindicato que darão um número bem superior ao de 1976. Leve-se em conta que estas homologações não incluem as feitas na Justiça do Trabalho e se referem apenas a trabalhadores com mais de um ano de serviço.

É comum aparecerem fazendeiros na sede do Sindicato pedindo que avisem aos trabalhadores que estão sendo demitidos que procurem as suas fazendas porque "eles estão precisando de trabalhador e pagam bem". O Sindicato também acaba concluindo que faltam trabalhadores na região. Diferentemente, um técnico da região, estúdio do cacau, acha que os fazendeiros preferem os volantes porque, na empreitada, os trabalhadores produzem muito mais no dia, que como assalariados permanentes.

Na verdade, o que se pretende é aumentar o exército de reserva para diminuir o poder de barganha dos trabalhadores".

*Texto de Antonio Dias
Fotos de Agliberto C. Lima*

PLANTANDO CACAU, COLHENDO DEMISSÃO.

Grilagem em Caxias

Ponto de chegada dos que vinham e ainda vêm do nordeste, Minas Gerais e interior do Estado para tentar a sorte no Rio, a Vila Operária, em Caxias, foi se alastrando pelo bairro 25 de agosto, até que as cinco mil famílias posseiras ocupassem os 180 mil metros quadrados de terra que formam o sub-bairro operário.

Em 1965, depois de fechado o centro Pró-Melhoramentos da Vila, os grileiros apareceram escudados na Irial Empreendimentos Imobiliários Ltda, tendo à frente o corretor Geneciano Fernandes Luz que afirma ser o procurador legal do verdadeiro proprietário das terras, o falecido Genach Chadrycki, que desta data em diante passa a exer-

cer pressão sobre as famílias. Os posseiros têm que pagar de Cr\$ 14 a 60 mil peias suas próprias casas ou então aguardar a expulsão judicial. De lá pra cá as coisas esquentaram. A imobiliária instalou um serviço de alto falante dentro da Vila Operária "para convidar" os moradores a comprarem as casas que eles haviam construído; bilhetes in-

dividuais aos posseiros faziam ameaças veladas, sempre amparadas por "instrumentos legais". Um empregado da Imobiliária diz que as vendas não pararam, continuam não demasiadamente. Ele diz também que o preço de cada lote vai de Cr\$ 10 a 30 mil "preço pra operário".

"Os moradores da vila são tudo operário de salário mínimo, ou então subempregado no Rio, pequenos comerciantes de tendinhas e a grande maioria ganha menos de Cr\$ 1 mil por mês, para sustentar famílias com até 12 pessoas", diz um dos moradores. O posseiro Luiz Soares, 20 anos de Vila, diz que "os herdeiros legítimos estão na justiça com a procuração de todos, através do sr. Osvaldo Borges. Eles estão do lado da gente pois, por não terem pago os impostos da área, perderam direito a ela."

As terras que formam a Vila Operária, pela sua posição privilegiada dentro do município de Caxias, são muito bem olhadas pelas imobiliárias. Já se falou até em jogar todas as casas abaixo e fazer um vasto loteamento da área. A sua importância é tanta que duas famílias disputam a propriedade. De um lado a família de Antônio José Borges que defende os posseiros; de outro o desconhecido Genach Chadrycki, a quem a Irial Empreendimentos representa e que tenta vender aos moradores a idéia de comprar aquilo que eles mesmos construíram. Com uma população de 25 mil pessoas, 10 mil em condições de exercer o saudosos direito de voto, a Vila Operária é palco de cansadas cenas políticas e os posseiros dizem que em época de eleições "quem promete nunca aparece e na época atual, ninguém se ilude mais com as promessas, pois ninguém é santo".

O Centro Pró-Melhoramento da Vila Operária fechou depois que as vendas começaram, pois os moradores foram se afastando aos poucos. O Presidente do Centro, vereador José Jesus, utilizava a entidade como forma de abocanhar votos dos posseiros; José Jesus agora está no MDB e com todo esse movimento dentro da vila mantém fechada a sede do centro para que os posseiros não possam se reunir para discutir os problemas locais. Entretanto, hoje, os patriarcas político da vila são os deputados Peixoto Filho, federal e Henrique Pessanha, estadual, ambos da ala chaguista do MDB. Peixoto Filho está encaminhando uma Ação Popular no Congresso, defendendo os posseiros, enquanto o Pessanha vez por outra denuncia atividades dos grileiros na área, em seções plenárias. E fica nisso.

Na luta contra os grileiros, os trabalhadores-posseiros formaram uma comissão de moradores que se mobiliza sempre que necessário para garantir a moradia das 25 mil pessoas. Os posseiros fazem, vez por outra, peregrinações à Vila Militar, Desembargadores, ex-governadores e outras autoridades menos concorridas, a fim de sensibilizar esses setores para o problema e conseguir uma solução. Até agora está tudo parado, ou melhor, nas mãos da justiça.

"O sr. pode colocar aí, que aqui dentro não tem nada. Falta água, esgotos nas ruas, casas caindo, assaltos em grande quantidade". Diz uma velha moradora que não quis se identificar por ser uma mulher sem marido e, por isso, temer que lhe derrubem a casa. Mas é o posseiro Luiz Soares que lhe interrompe: "O negócio é pedir segurança pra todo o povo da vila.

Assaltos tem em todo lugar. Como se vê é isso, o povo tem medo de falar". Qualquer dúvida sobre a verdadeira propriedade da terra poderá ser tirada nas 1ª, 2ª ou 3ª Vara Cível de Caxias, diz o empregado da Imobiliária.

"Os grileiros estão sempre igual a fogo de mutulo, esperando a oportunidade para agir, mesmo tendo a justiça embargado as vendas, eles continuam ali com a loja aberta para receber o dinheiro dos iludidos", afirma Soares. As escrituras apresentadas pelo grileiro Geneciano Fernandes Luz foram conseguidas, segundo os posseiros, graças às excelentes relações que o corretor possui na Prefeitura local. Essa documentação já impressionou cerca de 40 posseiros que cederam às pressões do corretor e compraram suas casas. Além disso, o grileiro transformou alguns dos antigos posseiros em subcorretores, pagando até Cr\$ 500,00 por cada nova venda que seus agenciadores conseguem. E tem mais: quem comprou os lotes não tem nenhuma garantia se ele é realmente seu. Tem gente que já deu Cr\$ 10 mil ao grileiro e até hoje não tem os papéis, "diz um dos membros da comissão. Na entrada da Vila, próximo ao escritório da Irial Empreendimentos que tem sede própria no Rio, tem vários cartazes publicitários oferecendo lotes e casas em um Parque "Genach Chadrycki", antiga Vila Operária. Entretanto, no interior do sub-bairro operário, os posseiros teimam em chamá-lo pelo seu nome original, pois eles sabem que aceitar o novo batismo significa ceder aos grileiros.

(Sucursal do Rio)



Nas eleições para o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, o pelego Joaquim dos Santos Andrade, fez de tudo para ver se continua mais três

As eleições para a maior entidade de trabalhadores da América do Sul ocorreu esta semana debaixo da mais descarada fraude dos últimos tempos. O pelego Joaquim dos Santos Andrade, há 13 anos dirigindo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fez de tudo para tentar garantir mais três anos de mandato e derrotar as chapas adversárias. Já no segundo dia a chapa 3, da Oposição Sindical, pediu impugnação das eleições à Delegacia Regional do Trabalho, tamanhas irregularidades verificadas.

Os fiscais da Chapa 3 foram impedidos de acompanhar as urnas coletoras de votos pelas fábricas. Havia entre os mesários, membros da atual diretoria e funcionários do sindicato. A votação não teve início nos locais e horários designados pelo edital, numa manobra para desvirtuar os fiscais da oposição. As urnas eram "lacradas" com fita crepe, e mesmo assim não podiam ser rubricadas pelos fiscais, o que permite facilmente a substituição dos votos ali contidos. Não foi exigida identificação dos eleitores.

Além disso, toda a máquina do Sindicato foi colocada a favor da reeleição de Joaquim, como por exemplo, a propaganda feita dentro do consultório médico. Como se não bastasse, até a polícia trabalhou pela reeleição de Joaquim, intimidando, ameaçando e seguindo membros da Oposição Sindical. Nesta edição, Em Tempo publica uma síntese do pedido de impugnação, elaborado pelo advogado Marco Aurélio Ribeiro e assinado por Anírio Batiata de Oliveira, presidente da Chapa 3, que fazem um relato da fraude, enquadrando-a no contexto da legislação sindical vigente.

Inúmeras foram as irregularidades constatadas desde o início e uma constante se evidenciou desde logo no comportamento do Presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, e de todos, ou quase todos os mesários: a fiscalização por parte da Chapa 3 tinha que ser impedida ou dificultada.

A idoneidade da maioria dos mesários é colocada desde logo em dúvida quando se tem presente que todos, ou quase todos participaram da trama para ludibriar os fiscais, vários deles impediram efetivamente essa fiscalização, e principalmente quando se sabe que são todos eles indicados pelo Presidente da entidade, que também é candidato, e quase trata de pessoas quase todos profissionais de eleições sindicais, useiros e vezeiros dessa prática que estamos denunciando.

Mais ainda há a evidência da parcialidade dos mesários quando se des-

cobre que vários deles são funcionários do Sindicato e que a Chapa 1 em momento algum se preocupou com a fiscalização de pleito, pois nas mesas já colocara homens de sua confiança.

Logo de início, os fiscais da Chapa 3 foram impedidos de acompanhar as urnas que saíram do Sindicato para os locais de votação.

O primeiro incidente mais sério ocorreu quando ao sair o carro que transportava a urna nº 10, verificou-se que dentro dele os mesários transportavam propaganda da Chapa 1. Esse carro teve a sua saída impedida até que chegasse o representante da DRT chamado ao local, que pôde constatar pessoalmente a veracidade da alegação.

Verificou-se em seguida outra trama: as credenciais dos fiscais foram retidas pelos dirigentes que somente iam entregando-as aos poucos e muito depois de já terem saído as urnas. Burocratizou-se a entrega de credenciais aos fiscais, criou-se todo tipo de empecilhos para entregá-las.

Por fim, todas as urnas saíram do Sindicato para os respectivos locais de votação e quando se esperava pudesse o pleito seguir um curso normal começaram a surgir as evidências legítimas da fraude.

Em 49 urnas verificamos irregularidades. Descrevemos alguns casos, que se repetem de maneira semelhante pelas outras urnas.

Urna 1: A mesa coletora foi instalada e procedeu à coleta de votos sem a existência de uma lista de votantes. A lista de presença foi elaborada na medida em que os eleitores foram chegando escrevendo o seu nome para que eles anexassem na frente.

Urna 14: Na fábrica, durante a votação, na boca da urna, foram distribuídos cartões de propaganda da Chapa 1. Constatou-se a fraude.

Urna 15: O Edital deu o endereço do escritório da fábrica Eletro Máquinas Anel S.A. que fica na Senador Queirós, para onde se dirigiu o fiscal da chapa 3. Porém a urna foi levada à fábrica que está situada em outro endereço, impedindo portanto a fiscalização. Afinal o fiscal conseguiu localizar a urna e por ocasião da lavratura da ata foi impedido de rubricar o lacre da urna que chegou no Sindicato com o lacre sem a sua rubrica, o que impede a fiscalização de sua inviolabilidade.

Urna 20: Os votantes não foram identificados antes de votarem.

URNA 23: Encerrada a votação, a urna não foi lacrada, chegando ao Sindicato sem lacre e sem o cadeado.

URNA 41: A urna não foi lacrada no percurso de uma fábrica para outra ficando aberto no trajeto e o fiscal da chapa 3 foi impedido de acompanhá-la.

FRAUDE

URNA 78: A urna percorreu os locais de votação que constam do edital e depois de percorridas as quatro fábricas, os mesários alegaram que ficara sem votar um sócio da Metalúrgica Bender S.A., que fora transferido para uma filial, aonde dirigiram-se os mesários, que negaram o endereço ao fiscal da chapa 3, havendo ainda se negado a lacrar a urna. A urna voltou ao sindicato sem qualquer lacre.

URNA 120: O fiscal da chapa 3 encontrou cédulas assinadas em número maior do que dos votantes. Em razão de seus protestos contra estes fatos foi agredido pelos mesários.

URNA 125: O fiscal da chapa 3 foi à primeira empresa relacionada no edital, qual seja, Teshima S.A., e ali ficou aguardando a urna, quando esta chegou fora informado que todas as demais empresas relacionadas no edital já haviam sido percorridas para a votação.

Constatou-se uma irregularidade genérica, qual seja a de estar sendo feita propaganda dentro do Departamento Médico do Sindicato na data de ontem.

As irregularidades que foram constatadas urna por urna, foram objeto de protestos verbais e por escrito dos candidatos e fiscais da Chapa 3. Todavia houve recusa sistemática de todos os mesários em receber os protestos por escrito ou fazer constar nas respectivas

atas qualquer protesto formulado, quer verbal, quer por escrito.

Todas as irregularidades mencionadas acarretam a nulidade das urnas individualmente e da eleição como um todo. É que existem urnas com as irregularidades especificadas e existe irregularidade genérica que abrangeu todas as urnas.

As nulidades decorrem do fato de que as irregularidades apontadas ferem a Portaria 3437 de 20/12/74 em vários dos seus dispositivos.

Foram feridos os arts. 22 § 3º, pois os fiscais foram impedidos de acompanhar as mesas coletoras; art. 23 pois havia entre os mesários membros da diretoria e empregados do Sindicato; art. 26, porque a votação não teve início nos locais e horários designados, não tendo sido aguardada a presença dos fiscais; art. 28 § 3º porque os fiscais foram impedidos de rubricar lacre e de assinar as atas lavradas e ainda porque várias urnas não foram lacradas ao término da votação; art. 29, porque não foi exigida identificação dos eleitores; art. 30, porque não se tomou em separado votos impugnados e de associados, cujos nomes não constavam da lista, e ainda porque se colheu votos sem a lista de votantes nas urnas da sede.

Constatadas as nulidades e anulando-se todas as urnas ora impugnadas, é de ser anulada a eleição.

anos à frente da maior entidade de trabalhadores da América do Sul, cargo que ocupa há nada menos que 13 anos.

A arbitrariedade que se verifica na conduta do dirigente da entidade e dos mesários decorre da legislação arbitrária, consubstanciada na própria C.L.T. e na Portaria 3437 e ainda da omissão dessa Delegacia Regional do Trabalho.

A verdadeira sensação e certeza da impunidade por parte dos agentes da fraude. Comportam-se os mesários com cinismo e desfaçatez a toda prova. Riem e fazem chacota dos fiscais e membros da Chapa 3. A alusão da fraude simplesmente sorriem cinicamente.

A evidência da fraude é cristalina. O despistamento aos fiscais, o impedimento ao exercício da fiscalização, as urnas abertas durante todo o tempo e nas mãos de pessoas profissionais de eleições, e de idoneidade já colocada em suspeita, por terem atuado em várias outras eleições onde ocorreram irregularidades, e de pessoas que são funcionários do sindicato, dependentes economicamente do presidente que os indicou, obviamente suspeitas, são evidências mais do que suficientes para se ter como certo de que a fraude já foi praticada.

Aquele que é honesto e que não quer fraudar uma eleição é o primeiro a exigir uma fiscalização eficiente, para que ninguém ponha em dúvida o seu comportamento. Ao contrário, aquele que

pretende praticar qualquer tipo de fraude, burla a fiscalização.

A estrutura sindical que temos é combatida por nós da Oposição, com sinceridade de propósitos, pois queremos realmente um sindicato livre, desvinculado do Ministério do Trabalho e atuante, o mesmo não ocorre com a situação que diz combater essa estrutura, porém prevalece-se dela para perpetuar-se no poder. Resta evidente que aos atuais dirigentes do sindicato, para garantir-se, vale lançar mão de qualquer meio, moral ou amoral, ainda que relegando os princípios que dizem defender, e os interesses da categoria que dizem representar.

A Portaria 3437 é draconiana, e evidência a intenção do Ministério do Trabalho de favorecer o continuismo de direções sindicais que não estão comprometidas com as aspirações das respectivas categorias. De fato não as representam e não são por elas legitimadas. Enquanto estiver vigente esta Portaria as eleições sindicais somente serão realizadas com lisura se houver a atuação constante e firme das Delegacias Regionais nesse sentido, garantido às oposições condições de disputarem as eleições e de exercerem seus mínimos direitos nela previstos. A omissão das Delegacias Regionais do Trabalho, significa compactuar com a farsa eleitoral e em vários casos com a fraude.



O agitado começo de eleições na manhã de segunda-feira na porta do sindicato.

Uma goleada no patrão

Na fábrica Piratininga em São Paulo, a greve faz o empresário Einar Kok reconhecer: "as paralisações são um fato novo, e vão continuar muito mais, os operários estão apenas esquentando o corpo". Um operário descreve o movimento por dentro e mostra como os trabalhadores deram de 5 x 2, conseguindo 11% de aumento. Eis seu depoimento:

66 A empresa "Máquinas Piratininga S.A." é uma das mais antigas fábricas da Moóca, bairro de São Paulo. Conta atualmente com mais três unidades de produção, uma com 500, outra com 1000 e uma outra com cerca de 200 operários.

As greves do ABC repercutiram direito quando os jornais e a TV começaram a noticiar o assunto, em maio. Na Piratininga, como dizem os operários, o comentário era um só: "lá no ABC os operários são unidos, aqui não, só tem bunda mole".

Mas logo as greves começaram em São Paulo: foi a vez da Toshiba. Depois a febre passou pra Osasco. As rádios e TV pararam de falar, mas muita gente conhecia as grandes fábricas em greve como a Brown Boveri, a Cobrasma. A "gripe do ABC" como disse um operário, estava se espalhando: Osasco, São Paulo e Guarulhos. E na Piratininga? Será que daria para parar?

Na memória dos velhos de casa só tinha a lembrança de um fracasso. Foi em 1962. Tudo estava combinado para a greve: na hora "H" só uns 30 pararam. Levaram advertência, perderam a meia hora e o domingo. E isso desanimava a turma, botavam medo.

Mas a "gripe do ABC" continuava se alastrando em São Paulo: Hister, Guttman, Metalac, Magri, Siemens, Sofunge, Caterpillar, Metal Leve, Massey Ferguson. E a pergunta continuava no ar: "Se todas essas pararam por que na Piratininga não daria? Quem falou que aqui é impossível?"

Nas primeiras greves na Scania, na Ford, todos diziam "mas greve é proibido". Mas agora o papo geral estava diferente "greve é ilegal para os patrões, mas é legal para os operários". Os jornais noticiavam a quebra de um tabu: o rombo na lei de greve, o furo no archoço salarial.

E assim na manhã de quinta-feira, 22 de junho o time da Piratininga entrou em campo para um jogo diferente. No dia anterior o Brasil tinha vencido

a Polônia no jogo da copa, mas às 8h30m quando chegou o café ninguém se lembrou disso. Todo mundo estava pensando no outro jogo: diretoria da Piratininga contra operários da Piratininga: Quem ganharia?

As oito e quarenta o fim do café... silêncio total, absoluto. Uma voz grossa gritou: goooooooooooooo!!! Todo mundo parado: é a greve.

Durante uma meia hora é um silêncio geral. Então, a firma manda chamar uma comissão para negociar. Os nervos começam a relaxar e os sorrisos a aparecer. Em várias seções são eleitos dois operários para representar nas negociações. Em algumas outras, foram indicadas pelos encarregados. No final todos perceberam que foi um furo: "na comissão só deve entrar gente eleita pelos companheiros da seção e não cupinchas de chefes", dizia um.

Aí começa a história da reunião com a diretoria. A comissão levanta as reivindicações: aumento de 21%; mudança total da assistência médica; CIPA eleita pelos operários; pagamento de insalubridade; e não punição de nenhum grevista.

A diretoria começou: "a Piratininga nunca parou por causa de aumento". Ótimo gol da turma, 2x0 para os operários.

Os homens imploram para a gente voltar ao trabalho e depois negociar. Nada disso: "Enquanto se está trabalhando o patrão não reconhece o valor daquele que usa macacão." Outro gol: 3 x 0.

No fim, a diretoria apresenta uma proposta de 8% de aumento. Ninguém aceita: 4 x 0.

Termina o primeiro dia de greve. Naquele dia, outras três fábricas da

Piratininga na via Anchieta e na Moóca, também pararam. São mil e setecentos operários parados. Começou a goleada: 5 x 0.

Sexta de manhã continua a mesma coisa. Depois do almoço a comissão convoca assembleia geral da fábrica. Eles sobem numa chapa de ferro e apresentam a proposta dos patrões. É a hora da votação democrática. Há tanto tempo que não se pergunta nada à classe operária. E agora dentro da fábrica eles estão lá para votar e decidir. "Vocês aceitaram a proposta da firma ou não?"

Não!!! Queremos 21%, é a resposta.

Alguém sugere: "vamos chamar o sindicato?". Um companheiro responde: "nós não somos contra o sindicato, somos contra esta diretoria que não tem lutado com a classe e só tem atra-

palhado". Outro acrescenta: "é isto mesmo, onde está o sindicato para nos ajudar na nossa greve. Quando a coisa está feita eles aparecem. Nada disto o sindicato somos nós, nós vamos resolver."

Termina o segundo dia de greve. No sábado, aparece nos jornais a entrevista do Einar Kok, presidente da Piratininga, ele diz que é a favor da greve, que isto é normal, que não vai punir ninguém. Os operários também deram sua entrevista. "Ele quer dar uma de patrão bonzinho, vamos ver se ele vai reconhecer a comissão na DRT e dar estabilidade de dois anos".

Segunda-feira, começa o terceiro dia de greve. A firma chama para uma nova reunião: propõe 11% de aumento, parcelado em duas vezes, e 11% de antecipação.

A diretoria usou um truque para dividir a força dos operários. Mandou a comissão votar na hora, sem dar tempo de consultar os companheiros. Na votação secreta aceitou os 11%, por 5 x 1 para os operários. "Espera aí, falou um deles, vocês esqueceram que a comissão não decide nada, é só envelope de leva e traz", quem decide são os companheiros nas seções". Mas ele não conseguiu breocar os elementos da comissão que foram indicados pelos encarregados. E foram estes daí mesmo que correram nas seções e mandaram as turmas ligar as máquinas, outro gol dos patrões: 5 x 2.

Parte da fábrica quis continuar a greve, mas já era tarde. "Por esta vez só deu para ficar parado três dias e alcançamos 11%" concluiu um dos elementos da comissão. As outras reivindicações foram discutidas pela comissão que ficou reduzida e está esperando agora a estabilidade prometida pelos diretores.

Assim acabou o 1º jogo. Tem gente que porque levou 2 gols ficou com gosto amargo na boca. Mas a maioria gostou dos 5 x 2. Não existe time perfeito que só ganha de goleada. Afinal até o seu Einar declarou aos jornais: "Essas paralisações são um fato novo, e vão continuar muito mais; os operários estão apenas esquentando o corpo"

A Arno parou novamente

A primeira paralisação se deu no dia 21 de junho - uma quarta-feira. Às 8 horas da manhã o silêncio foi total nos grandes galpões e oficinas da ARNO, uma das maiores fábricas de eletrodomésticos e motores do Brasil, atualmente com cerca de 3.500 operários, localizada no Ipiranga.

Era a greve. Diante do fato a diretoria da firma se apressou em conseguir uma comissão de operários. Foi formada uma comissão indicada pelos encarregados. Surpreços ainda com a própria greve os operários aceitaram este caminho. Depois de uma rápida reunião, a comissão aceitou a proposta da firma: voltar a trabalhar e aguardar a resposta ao pedido de aumento de 21% até o dia 28/6, a próxima quarta-feira.

Na terça-feira, dia 27, a firma fez uma contraproposta de 13% para a produção de 7% para a ferramentaria. E a resposta dos operários foi uma nova paralisação das 8 às

10h30m da manhã, depois de ameaças de demissões por justa-cause, reforçada pela presença na fábrica de um representante da Delegacia Regional do Trabalho na fábrica.

Tal ameaça, porém, não adremonrou o pessoal do período da tarde que não ligou as máquinas, das 14 às 22h45m. A turma da noite também continuou a paralisação até as 5 da madrugada do dia 28, quarta-feira.

A greve continuou até as 10h30m da manhã, quando a comissão do turno da manhã, aceitou um acordo nas seguintes bases. Aumentos: 15% para os que ganham até 2 salários, 12% entre 2 e 8 salários e 9% para os que ganham mais de 8 salários mínimos. A vigorar a partir de 1º de julho, e antecipação geral de 10%, a partir de 1º de setembro.

Um reportagem colheu as seguintes opiniões entre os operários: "Foi muito difícil a negociação porque foram formadas 3 comissões, uma para cada turno. Essas comissões não conseguiram se entrosar, fato que dificultou um entendimento entre elas."

"A comissão do turno da manhã foi escolhida pelos chefes, chegando a ter 5 membros de uma mesma seção. Isto não podia ser aceito. Só tem força comissão eleita por nós."

"A diretoria do sindicato mais uma vez esteve ausente da luta dos trabalhadores. Aliás, aqui na ARNO isto não é novidade. Se ela estivesse presente, talvez viesse atrapalhar mais."

"Nós aprendemos que a luta mais difícil é a luta pela nossa união. Mas aprendemos também que esta luta é possível. Uma vez unidos temos força para negociar e ganhar."

"Agora entendemos o que significa NEGOCIAR COM AS MÁQUINAS PARADAS".

"Devemos conseguir o reconhecimento e garantia de uma comissão eleita nas seções para negociar outros problemas existentes. Afinal isto já foi conseguido em muitas fábricas."

Operárias sabem o que querem

A Philco-Ford - fábrica de rádio e televisão, situada no Tatuapé (SP), conta atualmente com cerca de 8.500 operários - 7.000 mulheres e 1.500 homens. Também foi atingida pela "febre das greves". Ao contrário da idéia geral as operárias demonstraram que também sabem lutar por um salário digno, e que sabem bem o que querem.

O início da greve foi no dia 23, sexta-feira, com uma paralisação parcial dos operários e operárias da estamparia, solda, manutenção e ferramentaria, num total de cerca de 250 pessoas.

A firma pediu um prazo para estudar a reivindicação salarial, que era de aumento geral de 25%. Na quarta-feira seguinte daria a resposta. Este pedido foi aceito pelos operários da ferramentaria na sexta-feira e no sábado pelas outras seções.

Na terça-feira a proposta da firma já era conhecida; 8% para os que ganham até 2 salários, 6% de 2 a 8 salários e 3% para acima de 8. Em duas parcelas e sem antecipação. A resposta operária veio na terça-feira mesmo: paralisação total.

Começou depois do almoço numa linha de montagem, com a paralisação de algumas operárias e foi se alastrando às demais. O nervosismo era muito grande, segundo depoimento de operárias, mas até as 16 horas a paralisação das linhas já era quase total e as demais seções se solidarizaram. O sindicato foi chamado pela empresa e foram escolhidos representantes eleitos nas seções para formar uma Comissão de negociação, no total cerca de 60 representantes.

A segunda contra-proposta da firma foi 9%, 7% e 4% e foi imediatamente rejeitada pela comissão. A terceira contra-proposta da firma, dita definitiva, foi 13% para até 2 salários, 10% entre 2 e 8, 4% mais de 8. Foi também rejeitada. Na quarta-feira as negociações foram encerradas sem acordo.

TRABALHADORES DIZEM NÃO QUEREM REFORMAS

E enumeram suas exigências: liberdade e autonomia sindical, reformulação da estrutura sindical, restauração do direito de greve, contratação coletiva do trabalho, estabilidade no emprego e o fim da tutela do Ministério do Trabalho. Reunidas em Belo Horizonte, 32 entidades lançaram um documento onde afirmam: "queremos nos libertar do AI-5 que pesa sobre o trabalhador, que é a Consolidação das Leis do Trabalho". Nestas duas páginas, dirigentes sindicais falam sobre o assunto.

Um modelo sindical alternativo

Olívio Oliveira Dutra é presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e um dos signatários do documento contra o Pacote das Reformas. Neste depoimento, prestado em Belo Horizonte, ele faz críticas à atual estrutura sindical brasileira - "fascista, corporativa e contrária aos interesses dos trabalhadores" - e propõe as linhas gerais para a transformação dos Sindicatos em entidades realmente democráticas.

(Depoimento a MAIZE TRINDADE E JOAO BATISTA MARES GUIA)

"Esmagados por uma política econômica que faz do trabalhador mera engrenagem do processo de espoliação nacional, o povo brasileiro já não pode mais aceitar passivamente que minorias falem em seu nome", afirmam 32 sindicatos de trabalhadores numa manifestação ocorrida no último fim de semana em Belo Horizonte, a respeito do projeto de reformas políticas do governo.

Os dirigentes sindicais - entre eles Luis Inácio da Silva, o Lula, dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Olívio Dutra, dos bancários do Rio Grande do Sul, e João Paulo Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade (MG) - condenam a Pacote de Junho: "queremos reafirmar as autoridades que qualquer reforma feita sem consulta à população e sem considerar os anseios e atender os interesses dos trabalhadores não passa de uma nova forma de adiar a verdadeira solução do problema nacional".

Eles apontam um caminho próprio: "entre nós, agora, convém deixar claro, que em meio a estas sugestões de reformas que só atendem aos interesses dos grupos dominantes, é preciso que se diga que a exigência número um das entidades sindicais é a plena liberdade sindical". E enumeraram alguns tópicos, como a devolução da autonomia dos sindicatos, a restauração do direito de greve, a liberdade de contratação coletiva do trabalho e estabilidade no emprego suprimida pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, e o rompimento com a tutela do Ministério do Trabalho.

PEIAS E RESTRIÇÕES
"Não podemos nos conformar com as peias e restrições que nos prendem", dizem. Queremos nos libertar do AI-5 que pesa sobre o trabalhador, que é a Consolidação das Leis do Trabalho.

Como, pois, pensar em reformas políticas e/ou reformas institucionais, sem reformar a atual legislação trabalhista, copiada do modelo corporativo da Carta del Lavoro, quando imperavam as idéias de atrelar o sindicato ao Estado Novo? Deixar a reforma sindical para de-



Petrônio agradece reformas a Golbery

pois significa mais uma frustração das justas aspirações dos trabalhadores".

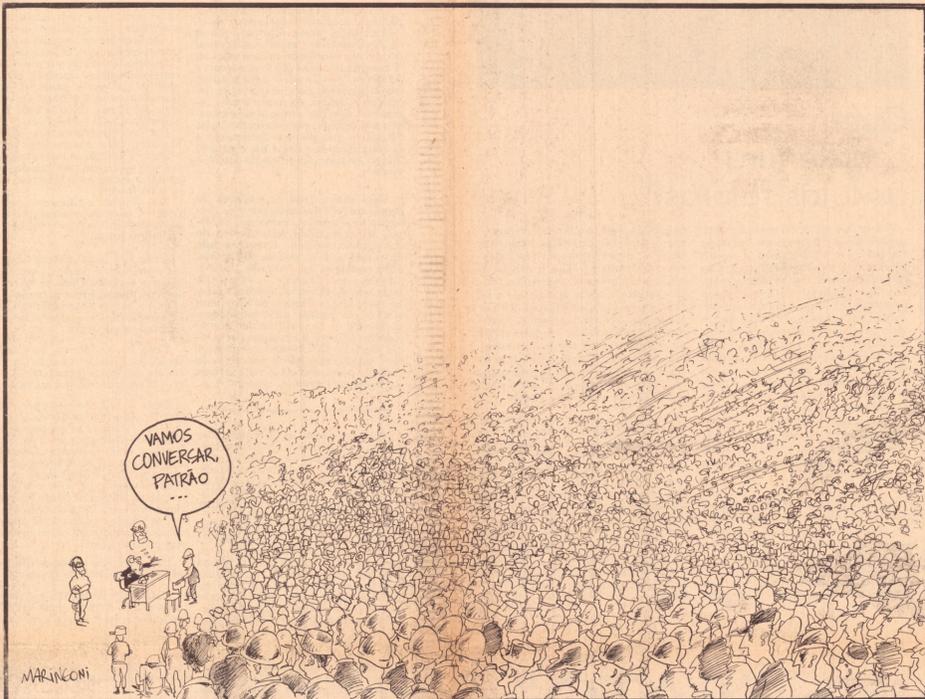
Denominado Declaração Conjunta, o documento foi firmado por ocasião das solenidades de posse do presidente do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de Minas, Arlindo José Ramos, acontecimento que ganhou expressão política particular, pois naquele dia, sexta-feira, o Pacote das Reformas, era oficialmente encaminhado ao general Ernesto Geisel, pelo presidente da Arena, deputado Francolino Pereira.

Os signatários lembram uma série de outros memoriais encaminhados às autoridades, individual ou coletivamente, por eles, nos quais analisam em profundidade "a realidade do trabalhador, que tem sofrido todo o peso de uma desumana política econômica e salarial, que penaliza o pequeno e facilita ao extremo o enriquecimento dos grupos privilegiados". "Não esqueçamos - asseguram - de que mais de 90% dos trabalhadores brasileiros recebem entre um e cinco salários mínimos, enquanto uma minoria insignificante de exploradores obtém lucros escorchantes". E mais: "nos trabalhadores, somos a maioria porque somos o povo brasileiro. Por isso mesmo, não podemos ser minoria em termos de salários e condições de trabalho. Queremos desempenhar a nossa missão num regime verdadeiramente democrático. Queremos

um sindicato livre e autônomo". Durante uma entrevista coletiva, concedida pelos sindicalistas na Casa do Jornalista, Lula foi perguntado sobre se as reformas políticas atendem aos interesses da classe trabalhadora. Ele, então, acentuou o conteúdo do documento: "Ao trabalhador não vai sobrar nada, porque ele já não tem nada. Acho que as reformas serão iguais a tantas outras que já foram feitas, nas quais os trabalhadores mais uma vez foram esquecidos. Tive a oportunidade de discutir com um dos homens que é um dos cabeças dessas reformas, o senador Petrônio Portela, e ele me disse na época que num primeiro plano, não estaria incluída nenhuma reformulação no tocante ao movimento sindical. É lamentável que mais uma vez os trabalhadores passem despercebidos. E concluiu: "a reforma que interessa à classe trabalhadora não pode ser esperada por políticos do governo existente. Essa tem que começar a sair dos próprios trabalhadores, não tem que começar a pedir reforma, mas a exigir a reforma".

Assimaram a Declaração Conjunta: Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, dos Bancários de Belo Horizonte, dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Belo Horizonte, dos Trabalhadores do Fumo de Belo Horizonte, dos Metalúrgicos de João Monlevade, dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema,

dos Metalúrgicos de Santos, dos Trabalhadores na Indústria Destilação e Refinação do Petróleo de Santos, dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo de Mauá, dos Minerários e Derivados do Rio de Janeiro dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, dos Bancários de Porto Alegre dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre, dos Trabalhadores na Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, dos Oficiais Alfaiates, Costureiros e Trabalhadores na Confecção de Roupas de Belo Horizonte, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de Minas, Goiás e Brasília, do Sindicato das Assistentes Sociais de Minas Gerais, do Sindicato dos Empregados Bancários de Montes Claros, dos Empregados no Comércio de Ituiutaba, dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de São João Nepomuceno, dos Bancários de Ituiutaba, dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Juiz de Fora, dos Vendedores e Distribuidores de Jornais e Revistas de Belo Horizonte, dos Bancários de Juiz de Fora, dos Bancários de Araxá e pelo delegado representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais junto à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais..



LULA: A greve será absorvida em todo Brasil

Sobre a greve acontecida recentemente no ABC paulista, você poderia explicar como se deu a participação da massa operária?
Eu acho que o problema da greve em São Bernardo e Diadema não é um problema de seis meses nem de um ano. É um problema de alguns anos. É uma pregão do sindicato de que os trabalhadores é que devem resolver os problemas deles, e não esperar que o governo ou a classe empresarial resolva. Esse processo de conscientização da classe trabalhadora teve seu ponto culminante com a propalada reposição salarial, oportunidade em que mostramos aos trabalhadores, que eles tinham sido roubados, lesados nos anos de 73 e 74 em 34,1%.

Luz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, cita onde começaram as greves do ABC, faz uma avaliação do movimento: "mostrou que a caminhada da classe trabalhadora é irreversível". Nesta entrevista, concedida à sucursal mineira de EM TEMPO, Lula analisa os antecedentes e a evolução do movimento e faz previsões sobre seu desdobramento nacional. E fala também de outros temas da conjuntura, como a reatualização partidária.

trabalhador que tem oito anos de firma, por exemplo, e ele ter num ano seis ou sete aumentos, sabe. E depois de 72, com a crise econômica, as empresas resolveram aumentar os seus lucros diminuindo a folha de pagamentos. O mesmo aumento que o trabalhador recebe no período de um ano, ele passou a receber no período de quatro a cinco anos. E isso foi o aperto final que foi dado na garganta da classe trabalhadora. E ela tinha de gritar.

E não foi por falta de aviso não, porque desde setembro do ano passado tenho dito ao governo, tenho dito aos empresários, que era questão de dias e a classe trabalhadora paritaria para um movimento de greve. Faltava um movimento mais objetivo. E ela partiu.

O trabalhador está perdendo o medo da repressão?
Ah, não tenho dúvida disso. Veja, numa determinada época da história do Brasil o trabalhador foi invocado a participar com o ouro para o bem do Brasil. E não foram os trabalhadores que deram aquilo para as alianças compradas a prestações em benefício do governo.

E me parece que os trabalhadores, depois de receber o primeiro pagamento com o aumento decretado pelo presidente da república resolveram demonstrar a insatisfação que tomou conta deles. E resolveram parar as máquinas para reivindicar aquilo. E mesmo sendo decretado como ilegal, todos os movimentos mais justos que a classe trabalhadora já fez. Foi a briga, foi a luta pelo direito de continuar sobrevivendo, pelo direito de viver com um pouco mais de dignidade, pelo direito de poder dar os seus filhos e aos seus dependentes um mínimo de lazer, um mínimo de educação.

Os metalúrgicos de São Bernardo não só deixaram de ganhar alguma coisa com o aumento salarial, mas começaram a perder a partir de 1972 alguma coisa que ganhavam antes. E aí veio a greve. E a greve seguinte é comum pagar variável profissional de um

que tinham como visão apenas o lucro, e fazer com que o trabalhador mais dia menos dia se manifestasse. Eu acho que o movimento grevista existente hoje em São Paulo é uma demonstração de que a classe trabalhadora está preparada para tomar posições, está preparada inclusive para o movimento sindical. E isso demonstra uma demonstração de que nós trabalhadores resolvemos dizer um não à exploração que somos submetidos há algum tempo. E isso demonstra que a classe trabalhadora, não só de São Paulo mas de todo o Brasil - e isto é um ponto de meses - se manifestará de uma forma ou de outra para que seja atendido o mínimo de suas aspirações.

Não acredito em instante algum em repressão. Acredito que se houver qualquer medida repressiva por parte do governo, irá tornar a classe trabalhadora ainda mais autêntica, muito mais participante.

Temos que atentar para uma insinuação da Minia da Indústria e Comércio que dizia que ele não podia admitir que uma greve surgisse em São Bernardo, onde o trabalhador é mais bem remunerado. Citava inclusive o exemplo da Bahia de que lá eles ganhavam 1/3 do que ganham os trabalhadores de São Bernardo e os baianos não estão preocupados em fazer greve. Também há que se levar em consideração e sempre foi questão de frisar em todas as entrevistas que dei, que o trabalhador mais explorado e o que tinha perdido mais em termos de poder aquisitivo com a implantação da política salarial do governo, porque nós não só deixamos de ganhar como todo o Brasil deixamos, mas começamos a perder aquilo que tínhamos ganho, a perder aquilo que tínhamos até 1972. E eu não acredito em momento algum que essas greves sejam absorvidas por essa Frente Ampla, não acredito que não haja consciência, nenhuma dessas pessoas que aí está participando da vida política, que quer chegar a uma Frente Ampla que se preocupará com a classe trabalhadora e seus problemas.

Acho que o movimento de São Paulo está observando em todo o Brasil o espaço de tempo por todos os trabalhadores brasileiros. Poderá haver contestação por parte do governo e isso não muda nada. E por parte dos políticos da nação, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que não haverá oposição a atual direção sindical. Eles vão levar a frente aquilo que se encontra em São Bernardo, porque o trabalhador deu uma demonstração de que a greve vale a pena, uma gre-

NELSON FERREIRA

ve de dor de estômago e quando isto acontece é sinal de que as coisas não estão boas, e se não estão boas para São Bernardo do Campo não estão boas para o trabalhador brasileiro. E como é feita a organização dos trabalhadores nas fábricas, na região de atuação de seu sindicato? Olha, existe um conceito assim sobre comissões, sabe. Eu não sou contra comissões, acho que elas devem existir. Mas vejo: no sindicato a gente procura fazer toda a classe trabalhadora ser uma comissão única. Porque a partir do momento que você cria grupos de comissões você está colocando na prática grupos de trabalhadores a mercê dos empresários pra serem dispensados na hora que bem convier aos donos das empresas. Eu acredito que todo dirigente de sindicato tem consciência de quantos companheiros bons a gente perde por exigir que os nossos companheiros tenham uma atuação sindical dentro da empresa. Eu acho que o problema não é responsabilizar um ou mais grupos de trabalhadores, o problema é responsabilizar toda a classe trabalhadora pelas conquistas dela. Eu acho que a partir do momento que eu formar uma comissão de 5 trabalhadores em relação a pensão de um trabalhador, então, eu resolvi de uma vez por todas perder o medo. Eu tenho escutado dezenas e dezenas de trabalhadores dizerem pra mim o seguinte: olha, Lula, se é pra gente morrer de greve. Por morrer. É muito melhor a gente ficar parado, pelo menos não está gastando energia. É muito importante entender o seguinte: eu não sei se vocês já passaram por isso, é muito difícil quando de família chegar em casa e ver o seu filho sem leite pra tomar de manhã. É muito duro o trabalho de quem não tem formação e não tem o dinheiro pra comprar um leite caseiro, trabalhando 16 horas por dia. E foi isso que levou os trabalhadores a fazer greve. Foi muito mais a fome, dor de estômago que qualquer outra coisa.

A greve atingiu em 10 dias, todas as grandes empresas do setor, lá na minha área, o que representa 90% da categoria metalúrgica de São Bernardo e Diadema. O que há de concreto é que 25% dos trabalhadores já foram beneficiados com a greve. Falta por volta de 25 a 30 mil operários, de empresas menores, que ainda não foram beneficiados.

É muito difícil a gente prever o futuro. Mas eu entendo que o movimento grevista que houve em São Bernardo, Santa André, Osasco e São Paulo, serviu para mostrar que aquilo que o movimento sindical, eu pelo menos alguns dirigentes sindicais mais serios, nesta terra tem razão, tem razão em termos de que a caminhada da classe trabalhadora é irreversível, de que o sucesso imposto à classe trabalhadora pela ditadura atual errada do governo brasileiro, deve levar a frente aquilo que se encontra em São Bernardo, porque o trabalhador deu uma demonstração de que a greve vale a pena, uma gre-

possibilidade que as situações. Até nós discutiamos em termos de dirigentes sindicais que na época das eleições as oposições sindicais teriam que ter direito a uma liberdade de ação das direções sindicais que estão no poder. Eu acho que até pra valorizar as oposições sindicais, na época das eleições deveria haver afastamento da direção sindical pra voltar pra dentro da fábrica, pra competir em igualdade de condições com as oposições sindicais. Eu tenho várias ressalvas com relação às oposições sindicais e tenho discutido muito com elas, porque acho que ainda não aprendemos a fazer oposição sindical. Mas acho que elas são de uma necessidade extraordinária ao movimento sindical hoje. Eu acho que tentar fazer a participação das oposições o mesmo que cobrir a classe trabalhadora com um manto.

A criação de novos partidos políticos é um tema colocado no ordem do dia. Qual seu ponto de vista sobre as propostas existentes?

Há um grupo de dirigentes sindicais que defendem a criação de um partido sindical que se preocupa não com o fato da criação de um partido propriamente operário, mas se preocupa com o fato de que a classe trabalhadora não participa da vida política da nação. O que eu acho importante e fundamental é a mobilização política brasileira e nós trabalhadores nos preocupamos em participar da vida política. Acho que é o primeiro passo. O segundo passo seria a classe trabalhadora criar um partido político que eu não saberia dizer agora qual a sigla desse partido. Mas é necessário que os trabalhadores se unam em torno do mesmo objetivo. E como os empresários fazem hoje, como os banqueiros fazem e determinadas camadas da sociedade, nós também deveremos fazer. Quem sabe chegaremos ao ponto culminante de nossa participação que é a criação de um partido político de interesse para o simples da classe trabalhadora. Não podemos perder de vista esta possibilidade de mobilização política. Então, que se chamar um "partido trabalhista", já que tivemos um no Brasil, que era mais um partido empresarial - poderíamos ficar ludios com um PTB tendo nosso empresário como cabeça desse partido.

Acho que dizer que trabalhador não sabe votar é mentira. Ele sabe votar. Há uma diferença muito grande em saber votar e o problema de opção que ele praticamente não tem hoje. Acho também que é uma questão de tempo a classe trabalhadora se organizar num partido político. É inconcebível se proibir o sindicato de participar politicamente, quando todas as camadas participam e o trabalhador é obrigado a ficar marginalizado, sem participar. A própria atividade sindical é política, política a gente pratica até no ato de comer, de mastigar, e acho que o movimento tem de participar da vida política da nação em qualquer campo. Temos que participar e ter poder de decisão.

(Entrevista a Maize Trindade e João Batista dos Mares Guia)

66 Acho por princípio que a estrutura sindical é fascista, é corporativa, é contrária aos interesses dos trabalhadores. Mas mesmo assim acho que devemos exercer um papel dentro dessa estrutura, para transformá-la de dentro para fora. Achemos que o trabalhador não deve se afastar do seu sindicato. Pelo contrário, entrar para dentro dele, fazê-lo explodir. Quer dizer: fez-lo transformarem-se em organismos verdadeiramente democráticos e voltados para suas reivindicações.

Uma estrutura democrática de sindicato deve ser baseada nas organizações de base dos trabalhadores, por local de trabalho. Os trabalhadores se organizando, propondo, discutindo. Não devemos entrar para dentro dele, fazê-lo explodir. Quer dizer: fez-lo transformarem-se em organismos verdadeiramente democráticos e voltados para suas reivindicações.

Hoje, o sindicato é considerado um organismo de colaboração com o poder público, conforme o texto da lei. Deve ser revogada toda a legislação que trata de organização sindical, que é na verdade a cópia da Carta Del Lavoro do fascismo italiano de Mussolini. Os estatutos do sindicato devem ser elaborados mediante discussões e por iniciativa dos trabalhadores e deliberação de suas assembleias. A gestão financeira dos sindicatos deve ser apenas a partir dos recursos próprios, os trabalhadores é que devem manter economicamente os seus sindicatos. Portanto, o imposto sindical deve acabar, porque ele é um instrumento através do qual o Estado se arvora o direito de intervir a qualquer momento nos sindicatos.

A destituição dos dirigentes sindicais não pode se dar através do intervenção do poder público, das Delegacias Regionais do Trabalho, ligadas ao

Arrebentar a estrutura sindical

No Rio, as transformações na estrutura sindical também foram tema de debate entre sindicalistas e jornalistas. Aqui um resumo das conclusões. "É um erro ficarmos procurando reformular essa estrutura sindical. Temos que arrebentar-la de vez, através da conscientização crescente dos trabalhadores. Nessa conjuntura atual de transição política, nós operários não devemos nos aliar do movimento geral da sociedade pela democracia. Chegou o momento do trabalhador se conscientizar de que a luta pela democracia também é sua", disse um dos participantes.

"Não adiantam reformas paliativas. Temos que arrebentar de vez com essa estrutura sindical. Sem o tripé autonomia, liberdade de greve e liberdade sindical, não adianta reivindicar mais nada. Chegamos a um ponto em que temos que nos libertar de uma estrutura sindical que não nos dá condições de lutar pela democracia também é sua".

Essa explosão de um líder operário do Rio - expresso de 14 anos de um sufoco político e de um arrocho salarial que só serviram para manter a classe dominada pela força e para elevar em muito o lucro das empresas - desfechou um debate entre dirigentes sindicais e jornalistas do Rio de Janeiro: Ronaldo Cabral, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Combustíveis Minerais, João Carlos Araújo, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias, Ivan Pinheiro, presidente da chapa de oposição ao Sindicato dos Bancários, José Moreira, do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Sebastião Ataide, do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro, e Maurício Rangel, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia Elétrica, são as nossas lideranças desligadas da estrutura de peleguismo que ainda domina o movimento sindical do Rio.

Durante os debates, os sindicalistas manifestaram os problemas principais que hoje impedem a livre manifestação e organização da classe trabalhadora e que encontram na atual estrutura sindical, umbilicalmente ligada ao Estado, a sua principal barreira. São eles: Direito de greve - Todos viram na greve um direito legítimo da classe operária, principal recurso para pressionar os patrões contra sua exploração e defesa do seu repúdio a atual estrutura sindical brasileira, que "favorece o peleguismo, a bajulação às autoridades do governo e transfere aqueles que deveriam ser os representantes dos trabalhadores em engarrafos, inter-

conselho das federações, basta apenas se chegar numa cidade pequena, criar um sindicato lá e ter um voto certo no conselho, dando um bicho, uma máquina. Tenho conhecimento disto lá no Nordeste. E lá criada novamente a possibilidade de reprodução do peleguismo. O certo é que hoje a gente vê algumas direções de federações e confederações até então eternamente acomodadas, hoje, devido aos ventos novos, tentando se adaptar falando numa linguagem um pouco mais altiva. O peleguismo tende a mudar de face. Essas são uma de suas características. Ele é como o camaleão, ele serviu e serve a todos os regimes, a todos os poderosos do momento. E graças à sua capacidade de adaptação.

Também as Delegacias Regionais do Trabalho estão neste contexto. Tenho conhecimento de dirigentes de Federações de DRs, assim como das Secretarias Estaduais de Trabalho e Ação Social. Há uma proximidade muito grande entre as autoridades e as entidades. As vezes isso pode se dar devido ao fato de que as federações são vogais na Justiça do Trabalho, os juizes classistas ou representantes classistas nas juntas de Representação da Previdência Social. Até assessores sindicais junto dos governos estaduais e municipais. São todas bocas assim que eles asseguram com muito carinho para si. E como elas são ligadas à sua função de dirigente sindical eles não querem perder nenhuma coisa nem outra, e então se eternizam na direção dessas entidades.

Outro aspecto é o tráfico de influência. Criam-se os sindicatos fantasma. Numa cidadezinha pequena, quando começa a se desequilibrar o voto no

conseho das federações, basta apenas se chegar numa cidade pequena, criar um sindicato lá e ter um voto certo no conselho, dando um bicho, uma máquina. Tenho conhecimento disto lá no Nordeste. E lá criada novamente a possibilidade de reprodução do peleguismo. O certo é que hoje a gente vê algumas direções de federações e confederações até então eternamente acomodadas, hoje, devido aos ventos novos, tentando se adaptar falando numa linguagem um pouco mais altiva. O peleguismo tende a mudar de face. Essas são uma de suas características. Ele é como o camaleão, ele serviu e serve a todos os regimes, a todos os poderosos do momento. E graças à sua capacidade de adaptação. Também as Delegacias Regionais do Trabalho estão neste contexto. Tenho conhecimento de dirigentes de Federações de DRs, assim como das Secretarias Estaduais de Trabalho e Ação Social. Há uma proximidade muito grande entre as autoridades e as entidades. As vezes isso pode se dar devido ao fato de que as federações são vogais na Justiça do Trabalho, os juizes classistas ou representantes classistas nas juntas de Representação da Previdência Social. Até assessores sindicais junto dos governos estaduais e municipais. São todas bocas assim que eles asseguram com muito carinho para si. E como elas são ligadas à sua função de dirigente sindical eles não querem perder nenhuma coisa nem outra, e então se eternizam na direção dessas entidades. Outro aspecto é o tráfico de influência. Criam-se os sindicatos fantasma. Numa cidadezinha pequena, quando começa a se desequilibrar o voto no

A estrutura sindical é responsável por isso tudo. É claro, a estrutura sindical é feita por nós. Então, temos que atuar e reformá-la.

(Suely Caldas)

Espanha

Comissões Operárias

Como se formaram as Comisiones Obreras

Mais de vinte anos após o seu surgimento, as Comissões Operárias da Espanha realizam seu primeiro congresso legal. Estes organismos, solidamente implantados nas fábricas e forjados nas lutas que marcaram o despertar do proletariado espanhol, na década de 50, são hoje a mais importante central sindical do país. No entanto, não reúnem mais ombro a ombro, como no passado, operários de todas as tendências sindicais e políticas. Que problemas isto poderá eventualmente trazer para a luta revolucionária dos trabalhadores espanhóis, numa fase futura, de enfrentamento com o Estado?

(C.E., a partir de um trabalho sobre as CCOO da Coleção "Rosa dos Ventos")

Terminou no dia 25 de junho o I Congresso das Comissões Operárias da Espanha, a maior central sindical do país. Como era de se esperar, o veterano líder sindical Marcelino Camacho, velho conhecedor das prisões franquistas e atualmente membro da Comissão Executiva do Partido Comunista Espanhol, foi reeleito para a secretária-geral das Comissões Operárias pela enorme maioria dos delegados, que representavam mais de dois milhões de trabalhadores. Seu informe perante o Congresso recebeu 993 votos a favor, apenas 125 contra e 40 abstenções.

A hegemonia do PCE traduziu-se ainda na eleição de 37 de seus militantes para a Executiva das Comissões que tem um total de 42 membros e na principal posição política adotada no Congresso: uma proposta de institucionalização da unidade de ação com a central sindical socialista, a União Geral dos Trabalhadores. A resposta da UGT foi no sentido de que uma institucionalização nestes termos pressupunha um grau de estabilidade no panorama sindical (e em sua correlação de forças) que estava longe de corresponder à realidade. Assim, a UGT estaria

disposta a favorecer ações unitárias entre as duas centrais em casos concretos, mas sem fazer de tal atitude uma questão de princípio.

Estas reservas dos socialistas quanto ao aprofundamento da unidade podem ser vistas como uma jogada tática diante da evidente superioridade dos comunistas nas Comissões Operárias. No entanto, seu alcance só pode ser plenamente compreendido quando se analisa a história das Comissões Operárias e o de restabelecer, em condições de legalidade partidária e de existência de sindicatos "progressistas", uma unidade operária que se concretizou justamente quando de seu aparecimento, na criação de uma forma organizacional superior às alianças entre partidos clandestinos. Forma organizacional que, inclusive, se mostrou flexível e eficaz, no encaminhamento da luta econômica, apesar dos sindicatos verticais do franquismo, controlados pelo Estado.

A primeira tentativa de reorganização do movimento operário espanhol ocorreu logo após a guerra civil, com os "sindicatos clandestinos" do PCE. Estes órgãos, entretanto, transformaram-se em duplicatas das células partidárias, e de qualquer forma não podiam fazer frente à pesada repressão desta fase inicial do franquismo.

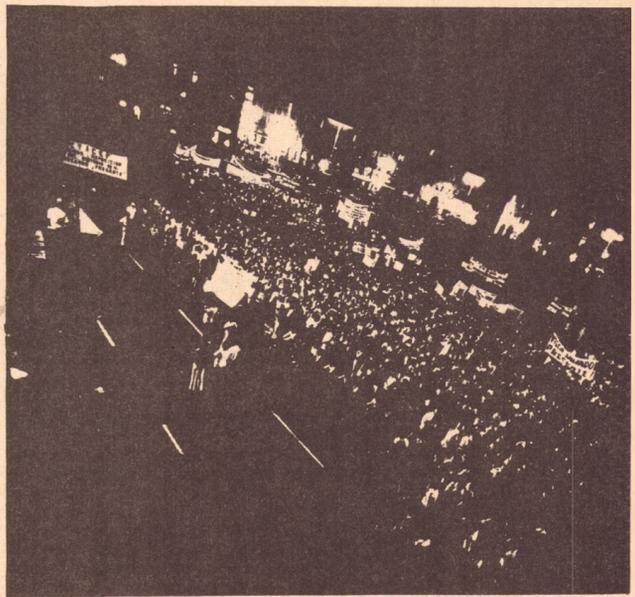
Uma nova ofensiva operária só ocorreu em 1951, num momento em que a autarquia econômica inspirada no fascismo mostrava sinais evidentes de crise, e o conjunto da produção espanhola começava a se integrar aceleradamente ao capital estrangeiro. Neste ano, realizou-se uma greve geral em Barcelona, logo seguida por outras, mais limitadas, por toda a Espanha. Quatro anos depois, surgiram as primeiras "comissões operárias": alguns trabalhadores, mais ou menos escolhidos pelos companheiros, apresentavam à empresa ou ao sindicato oficial uma série de reivindicações; uma vez cumprida a missão, esta comissão espontânea se dissolvia.

O segundo momento da história das comissões esteve ligado à onda de greves que por três anos, entre 1961 e 1964, estendeu-se por toda a Espanha. Greves que mobilizavam um proletariado novo, em boa parte concentrado pelo "milagre espanhol", e que não havia sofrido na carne a derrota da guerra civil. As comissões operárias que surgiram neste período foram, muitas vezes, os comitês dirigentes dessas greves, ou organismos encarregados de encaminhar aos grevistas o auxílio vindo de grupos no exterior, como os prestados pelos mineiros ingleses aos mineiros das Astúrias. O próprio êxito no funcionamento dessas comissões contribuiu para sua evolução para estruturas permanentes, que possibilitariam uma ação operária unificada e contínua. Como observa Marcelino Camacho sobre as comissões que surgiram nesse período: "Assim, milhares de comissões, durante anos,

apareceram e desapareceram com o problema que lhes deu vida, até que os militantes mais conscientes que se iam forjando através dessas ações compreenderam que essa era a nova forma que espontaneamente tinha criado a classe operária para defender-se em certas condições históricas determinadas".

Democracia Operária
Nesse momento, as Comissões Operárias não são sindicatos ou tendências sindicais, mas organismos de que participam todos os operários (ao menos em princípio). Em 1966, as Comissões Operárias de Madri se autodefiniram como um "movimento independente de oposição unida de todos os trabalhadores contra as estruturas sindicais que não servem à defesa das reivindicações econômicas e políticas da classe operária".

Na verdade, as Comissões dessa fase são estruturas que procuram oferecer uma resposta ao problema da falta de coordenação entre as fábricas em luta. O ponto essencial é o da organização das Comissões em cada empresa. As comissões de empresa são a seguir coordenadas segundo o ramo de atividade (metalúrgicos, bancários, eletricidade, têxtil, minas, etc), e uma coordenadora inter-categorias dirige, de fato, o movimento operário de uma dada região. E toda esta estrutura complexa, apesar das condições de clandestinidade, se caracterizou por um extremo respeito à democracia operária: embora o franquismo considerasse ilegal a reunião de mais de cinco pessoas num mesmo local, cada problema era submetido a discussões e votação, e cada membro eleito das comissões podia ter seu mandato revogado a qualquer momento, por seus eleitores. Isto, é claro, implicava riscos para a segurança dos militantes; mas as prisões eram vistas como um preço a pagar, para garantir a representatividade das comissões diante do conjunto dos trabalhadores.



Quem coordenará as lutas futuras?

Numa fase posterior, com a desagregação cada vez mais rápida do regime franquista, o PCE passou a insistir abertamente na necessidade de ganhar os sindicatos verticais. Embora continuasse a afirmar que "o decisivo é a organização e a luta extra-legal dos trabalhadores", Santiago Carrillo (secretário geral do PCE) não cessava de sublinhar, em textos de 1965, o fato de que "podia ser muito útil às Comissões Operárias contar com o apoio de um jurado (delegado do sindicato vertical) de empresas". E Marcelino Camacho acrescentava: "Atuando entre o lícito e o legal, já hoje preparamos as grandes assembleias e congressos operários livres, que darão vida a esse sindicalismo operário e que ninguém vai nos dar de presente".

Assim, a principal força animadora das CCOO tinha como projeto a evolução destes organismos para uma espécie de central sindical de uma futura república "progressista", quando se concretizasse "a etapa democrática-burguesa" da revolução espanhola. Em outras palavras, organismos nascidos

da luta de classes, que reuniam operários de diferentes partidos, diferentes graus de amadurecimento ideológico, mas que podiam eleger e demitir a cada momento os seus representantes - uma estrutura que se aproxima, em linhas gerais, da caracterização que Lenin fez dos soviets (Conselhos operários) da Revolução de Outubro - deveria retornar aos limites de uma estrutura sindical. Evolução, aliás, que se verificou, não na "república progressista", mas na "monarquia avançada" que veio após a morte de Franco.

Na verdade, o atual caráter sindical das CCOO implicou o enfraquecimento de seu aspecto de coordenadora geral de lutas, e veio favorecer a formação de centrais ligadas a partidos políticos, como a UGT. Deste modo, **recoloca-se um problema antes resolvido**: onde coordenar a luta dos trabalhadores de diferentes tendências políticas e sindicais, qual o organismo capaz de oferecer uma resposta operária que vá além de cobrir a ineficácia dos pelegos e ponha em cheque o poder do Estado, como faziam as CCOO de 62/64?

Guiana

Povo escolhe a "CASA" ou o "RATO"

Com uma população de, aproximadamente, 800 mil habitantes, e ocupando uma área de 215 mil quilômetros quadrados, a República Cooperativa da Guiana depende, basicamente, de suas exportações de açúcar, arroz, coco e frutas cítricas, além de possuir ricos depósitos de bauxita (4º produtor mundial). Antiga colônia britânica, tornou-se independente em 1966. Descendentes de antilhanos, africanos, ameríndios, hindus, chineses e europeus compõem a população de país que, além do fato de, culturalmente, estar ligada à Grã-Bretanha, distingue-se do resto do sub-continentes por uma orientação política nacionalizante, "terceiro-mundista" ou não-alinhada. Mantém relações diplomáticas com os países do bloco socialista e, embora tenha dado apoio ao MPLA em Angola, manteve sempre relações diplomáticas com o Chile de Pinochet, o que é mais uma das contradições da pequena república.



tarão, no dia dez de julho, num plebiscito que decidirá sobre a proposta de seu primeiro ministro, Forbes Burhan, de transferir para o Congresso a responsabilidade exclusiva de mudança na Constituição do país.

Esta Constituição, redigida sob orientação dos ingleses e em vigor desde 1966, contém 15 pontos que, segundo Burhan, "põem em perigo o futuro do desenvolvimento econômico e político da Guiana". Qualquer reforma na Constituição está, atualmente, condicionada à aprovação, em referendo popular, de, no mínimo, dois terços dos eleitores.

Entre os 15 pontos que Burhan e seu partido querem modificar estão a liberdade de expressão, de culto e a realização de eleições diretas a cada cinco anos. E, embora o primeiro ministro justifique a supressão de liberdades fundamentais da Constituição como "necessária para eliminar os últimos vestígios coloniais", permitindo "avanços em direção ao socialismo", sua iniciativa é encarada como golpista, destinada a lhe garantir a permanência no poder.

A Guiana, como a maioria dos países da América Latina, enfrenta sérios problemas econômicos - possui um déficit de 60 milhões de dólares na balança comercial e a escassez de mercadorias obriga os consumidores a formarem longas filas para adquirirem artigos de primeira necessidade como sabão e papel higiênico.

A crescente insatisfação popular, junto com um vigoramento da oposição organizada, indicam a possibilidade da derrota do governo. Além disso, dois pequenos partidos se uniram ao Partido Progressista del Pueblo que questiona, junto à Suprema Corte da Guiana, a constitucionalidade do pleito. As duas últimas eleições realizadas naquele país, (1968 e 1973) por sinal, se caracterizaram por fraudes eleitorais de toda espécie, que garantiram a vitória do governo (e que por coincidência, em 1973 elegeram 2/3 dos deputados, o quorum exato para aprovar as pretendidas reformas). Apesar de tudo, há quem acredite que este referendo servirá para que o eleitorado opte entre dois tipos de "socialismo": o proposto por Burhan e o defendido pelo Partido Progressista del Pueblo.

Plebiscito

Em 1964, numa aliança com a extrema-direita (Força Unida), o partido do Congresso assume o poder. E até hoje Forbes Burhan é o primeiro-ministro da Guiana.

Os que apoiam o governo marcarão um "X" debaixo do desenho de uma casa. E os que se opõem, o assinalarão debaixo da figura de um rato. E assim que os 400 mil eleitores da Guiana vo-

Forbes Burhan já foi vice-presidente do PPP. Depois da intervenção dos ingleses, a maioria dos dirigentes do PPP foi para a cadeia. Mas não Burhan. Preparado pelos ingleses, segundo a entrevista com Lallabatur, Burhan já caminhava para primeiro-ministro. Em 1955, rompe com o PPP e funda seu próprio partido, o do Congresso Nacional do Povo.

Burhan utilizou muito o racismo para tentar se consolidar no poder. Ele é negro e sempre procurou atacar negros contra muçulmanos.

De 1957 a 1964, depois de duas eleições, marchas e contramarchas, o PPP governa o país, liderado por Cheddi Jagan, presidente do partido.

A República Cooperativa da Guiana, realiza um plebiscito no dia 10 de julho. Esse plebiscito, tanto no dizer do governo como na da oposição, tem a ver com "socialismo".

EM TEMPO ouviu com exclusividade um dos dirigentes da oposição, **Lalbahar Lallbahadur**, do Partido Progressista del Pueblo, de orientação marxista, que fala aqui do seu país.

Eis a primeira parte de sua entrevista.

A opinião da oposição

Greve e repressão

Lalbahar Lallbahadur faz parte da direção da Confederação Nacional de Sindicatos Operários da Guiana, é deputado e membro do Comitê Central do Partido Progressista del Pueblo (PPP), de orientação marxista. Eis o que ele nos conta sobre o seu país.

"O Estado tem 80 por cento da economia sob o seu controle. Contudo, está querendo transformar esse tipo de propriedade em cooperativas, o que nos parece um passo atrás, uma contradição, para quem diz que quer construir o socialismo. Na verdade, não houve mudança nas relações de produção. E isso é, de fato, o nosso maior problema com o governo. Apesar de estatizadas, as direções das empresas continuam nas mãos dos mesmos grupos, que continuam ganhando imensos salários e se aproveitando de privilégios semelhantes aos da situação anterior. Os trabalhadores, por isso mesmo, continuam sendo explorados."

"Recentemente, tem-se observado um fenômeno novo: em muitas empresas estão ocorrendo fraudes, roubos de milhões de dólares. Quando o nosso partido passou a fazer denúncias públicas, os grupos que dirigem as empresas do Estado sentiram que a coisa estava ficando feia e partiram para medidas drásticas: passaram a queimar as empresas. Já destruíram firmas madeireiras, plantações de arroz, em vários setores da produção já agiram de modo semelhante. Isso é um problema para a nossa economia."

"Outra contradição desse governo está na recente instalação de um Centro de Planificação, para o qual destacou exclusivamente elementos declaradamente vinculados à direita. Sem dúvida, isso se reflete também na condução econômica do país."

"Uma greve numa empresa estatal resultou na prisão de 42 dirigentes sindicais. O sindicato dos funcionários públicos, que é dirigido por partidários de Burhan, viu-se obrigado a convocar uma passeata contra o governo. Resultado: os funcionários mais combativos foram todos demitidos. Na indústria açucareira, o problema é o mesmo. No ano passado, por exemplo, o governo quis assinar um acordo coletivo com o sindicato, que é liderado pelo nosso partido, com grande apoio de base. Resultado: os trabalhadores realizaram uma greve de protesto, da qual participaram mais de 25 mil companheiros - a greve durou 135 dias. Todos os sindicatos do país nos ajudaram financeiramente, para que pudéssemos garantir a continuidade do movimento. Foi aí que o governo de Burhan mostrou realmente o que ele é: jogou contra os trabalhadores o Exército e tropas paramilitares, prendendo mais de 140 líderes sindicais. Recebemos solidariedade, inclusive, internacional.

Dos trabalhadores da Itália, Trinidad-Tobago e Inglaterra, por exemplo. Na época, os estivadores ingleses negaram-se a descarregar os navios que aportavam vindos da Guiana."

Que socialismo é esse?

"Com o desenvolvimento de todas essas contradições, os trabalhadores da Guiana hoje fazem comentários assim: 'Guiana entendemos que tipo de governo queremos. Se isso é socialismo, não queremos socialismo. Porque não entendemos um governo que diz ser socialista e que ataca os trabalhadores. Nós queremos um outro governo. Nós queremos um governo dos trabalhadores'."

"Frente a essa situação o Partido Progressista del Pueblo vinha propondo

estabelecimento de um governo patriota de frente nacional, composto por todos os partidos que aceitassem um programa anti-imperialista comum de construção do socialismo. Em resposta, Burhan propôs a eliminação pura e simples do PPP, oferecendo em troca alguns cargos de ministro as nossas lideranças, ou seja, diluindo o nosso partido no partido do governo. Nós recusamos isso, obviamente. Somos um partido de orientação marxista, temos nossa história e somos reconhecidos internacionalmente. Jamais poderíamos aceitar a autodissolução.

O que é o partido do congresso

"O Partido do Congresso Nacional do Povo, dirigido por Burhan, tem uma ala esquerda e uma direita, mas é a direita que tem a hegemonia. Essa tendência tem bases junto aos comerciantes e entre os burocratas enriquecidos mais recentemente. Não há dúvida de que alguns setores do partido de Burhan estão trabalhando sob a orientação da CIA (Agência Central de Inteligência, dos Estados Unidos)!"

"O PPP vem se contrapondo a essa situação, consciente da possibilidade de ocorrer um grande retrocesso, por meio de manobras, inclusive militares. A organização e educação política nas bases vem sendo a tática adotada pelo nosso partido, tendo por objetivo a formação de uma frente nacional dos setores progressistas. Nós acreditamos que temos condições de vencer qualquer eleição livre, que se realize sem fraudes. O povo, em sua grande maioria, está conosco. O grande problema é o imperialismo, que prefere Burhan no poder, pois ele segura um meio termo reformista, que não afeta radicalmente os interesses monopolistas no país."

ERITRÉIA

Guerra de Libertação no Chifre da África

Um jovem cineasta brasileiro, **Ari Cândido Fernandes**, percorreu a Eritrêia, documentando tudo que via.

Filmando, fotografando e escrevendo. Por tudo que se sabe, trata-se do primeiro brasileiro a realizar essa tarefa. EM TEMPO não tem o filme que Cândido realizou.

Mas recebeu, com exclusividade, uma reportagem que é um verdadeiro livro, com mais de 40 folhas datilografadas em espaço pequeno. E dezenas de fotos. Cândido trabalha para a Agência Internacional de Fotografia GAMA, com sede em Paris.

O filme de Cândido (e de Mohamed Charbagi) "Eritrêia de Amanhã" será apresentado no Festival de Cartago (Túnis), em outubro deste ano.

A situação política no chamado Chifre da África e a qualidade do trabalho de Cândido Fernandes justificam que EM TEMPO publique integralmente esse retrato vivo da situação na Eritrêia. Como um romance seriado, como um folhetim dos velhos tempos, divulgaremos toda a reportagem e todos as fotos. Esta primeira parte trata da chegada do cineasta brasileiro nas regiões de combate e dos aspectos culturais concretos da construção da Nova Eritrêia.

Quem ainda acredita que a Etiópia varrerá a Eritrêia do mapa nesta semana? Os conflitos no chamado Chifre da África passam por novas transformações.

União Soviética e Cuba, aparentemente, já não se propõem a ajudar a Etiópia, a qualquer custo, contra a luta de libertação dos Eritreus. Se não está na ordem do dia o extermínio dos combatentes da Eritrêia, como querem nos fazer acreditar a grande imprensa e as agências de notícias internacionais, tudo indica, no entanto, que muitas lutas ainda serão travadas para que se chegue a um acordo consequente na região.

Uma tempestade de areia eleva-se até as nuvens que, de brancas, passam a marron escuras. A carcaça do avião da Sudan Airlines trepida. Enfim, aterrissa. Do asfalto do aeroporto modesto sobe um calor que entope as narinas; nada menos de 45 graus centígrados no último dia de maio em Cartum.

Dois mulatos fazem sinal no meio da massa de braços e gritos de sudaneses no hall de espera do aeroporto. Os mulatos me apontam na fila de passageiros para as autoridades e as formalidades aduaneiras são facilitadas. Com o nariz e os cabelos empapuçados de areia, pegamos um automóvel e vamos para um hotel sudanês, pobre, mas com ventiladores no teto. Os carregadores eram eritreus discretos, talvez contatos da Frente de Libertação da Eritrêia (FLE). Os mulatos incumbidos de me acompanhar despediram-se depois de, várias vezes, repetir boas-vindas ao primeiro latino-americano que iria conhecer seu país, em guerra de libertação nacional há mais de 17 anos.

Um ônibus vermelho, Fiat, roda até a fronteira entre Eritrêia e Sudão. São 13 horas de areião, com um sol-braseiro que parece não querer mais se esconder. O trajeto é Cartum-Haifa-Kassala. Passamos a noite na Guest-House (hospedaria) da Frente de Libertação. De manhã, conversamos em inglês com o representante da Frente em Kassala (aqui, estávamos a 45 minutos da primeira cidade eritreia - Tessenai - liberada por uma das organizações nacionalistas, o Exército de Libertação da Eritrêia - ELE - em 4 de abril de 1977). Com ele acertamos a formalização da entrada na Eritrêia, com a apresentação do passaporte e a obtenção de autorização das autoridades de segurança do Sudão para atravessar a fronteira.

É noite novamente e um jeep Land-Rover nos leva até Aleit, quartel geral do Bureau Político da FLE. Ao atravessar uma estrada de ferro, depois de 30 minutos de trajeto, o motorista anuncia que estamos na Eritrêia. Então, ele tira de baixo do banco uma pequena sacola e troca a roupa civil por um uniforme verde-camuflante de combate, colocando seu Colt 38 ao lado direito. É o primeiro sinal de que esta terra está em guerra.

Luta contra a opressão cultural

Aleit: os combatentes todos atarefados. Alguns discutem, outros lubrificam as metralhadoras Kalashnikov (soviéticas), e há os que preparam a comida; tudo como que ensaiado, todos parecendo saber exatamente o que fazer. Cabanas de palha camufladas, debaixo de árvores predominantemente espinhosas, que a 500 metros de altura seria impossível distinguir. Estão à beira de um rio seco, um rio que, na verdade, só existe durante os três meses chuvosos do ano, a única época em que as águas rolam

sobre a areia e pedregulhos dessa região árida do sul da Eritrêia - nos outros meses as águas são encontradas apenas a dez metros sob o leito do rio seco. Há uma razão importante para as cabanas ficarem onde ficam: o rio serve de via de comunicação e ponto de localização para os guerrilheiros, pois a região é toda desértica e sem estradas.

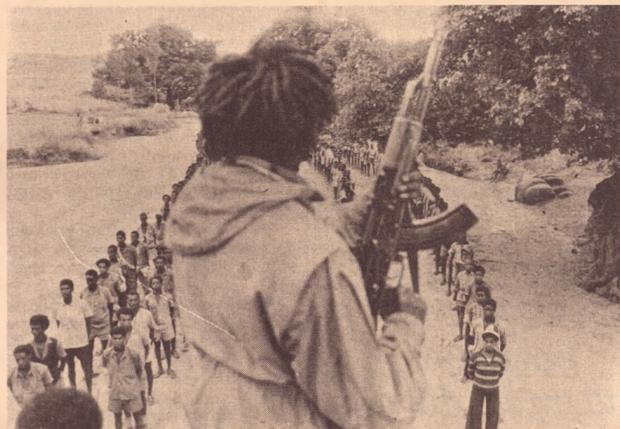
O Grupo Musical e Teatral da Frente, formado por homens e mulheres combatentes, está no campo militar e em torno dele desenvolve-se um debate, após o almoço servido numa bacia de alumínio onde todos comem juntos e com as mãos. O grupo foi fundado por uma resolução do Primeiro Congresso Nacional da FLE (realizado nas zonas liberadas em 1971), com o objetivo de desenvolver a cultura eritreia, contra as influências opressivas, reacionárias e coloniais do longo período de invasões e colonização da Eritrêia, desde os turcos otomanos, egípcios, até os italianos, ingleses e etíopes.

As bases da formação étnica dos eritreus vêm desde os anos 1400 antes de Cristo, do tempo em que semitas atravessaram o Mar Vermelho vindos do sul da Arábia e se misturaram às populações nilóticas e hamíticas que lá viviam. A interferência europeia começou no século XV, quando os portugueses instalaram postos marítimos naquela costa. Foram expulsos pelos turcos otomanos (1557). Em 1589, os turcos permitiram que os egípcios administrassem a região, para combater os cristãos anharas (etíopes) - até 1867. Quase vinte anos depois, a Itália invade a área, com apoio britânico, chega até o rio Marabe, dá o nome de Eritrêia (o nome grego para Mar Vermelho, *Senus Aerithreus*). No final da Segunda Guerra, a Grã-Bretanha assume o controle e, em 1952, uma resolução da ONU une a Eritrêia à Etiópia.

Agora, os eritreus tentam sacudir o acúmulo de imposições culturais colonialistas em busca de identidade. A ordem é reviver a herança cultural e histórica, discutindo, coletando e estudando os usos e costumes da sociedade nacional e representando-a para os civis e soldados da luta de libertação nacional; aglutinando atores, músicos não profissionais e profissionais (muitos deles trabalhavam em boates da capital, Asmara; eram membros secretos da Frente, até serem descobertos pela polícia) que deixaram as cidades para se unirem à guerrilha nos campos.

Descolonizar para libertar

Aprendendo os dialetos e convivendo com as diversas etnias, o grupo coleta elementos do patrimônio cultural da Eritrêia, intervindo e integrando, ao difundir aspectos culturais diferentes entre todas as nacionalidades, espalhadas pelas diversas regiões do país. Para o grupo essa é a melhor forma de descolonizar e unir a Eritrêia numa nação independente. Porque



Treino de novos recrutas da FLE, perto da cidade de Mandafara.



a primeira tática que o colonizador usa é a de eliminar a história cultural e a linguagem do povo submetido, o grupo acha que recuperar dialetos, cultura, costumes e história são pré-requisitos para a independência. Organizar a cultura e um método para representar e enquadrar a Nova Eritrêia que querem construir, tudo isso é encarado como uma parcela importante da luta.

Também dentro dessa orientação, consolidada e posta em prática principalmente após o Segundo Congresso Nacional da FLE (entre 6 e 27 de maio de 1975), outros grupos artísticos trabalham intensamente. Os escultores retratam o povo e a guerra, transformam cápsulas de balas de morteiros em esculturas de bronze e ferro (o que lembra os vietnamitas); os pintores reproduzem em encerados verdes

as aspirações da luta e as exigências dos eritreus e fixam suas fisionomias e seus costumes. Já um grupo de fotógrafos e cinegrafistas grava os encontros, trabalhos coletivos, batalhas e comemorações. Os músicos, muitas vezes, são obrigados a interromper apresentações na linha de frente, deixar de lado os instrumentos e pegar em armas, na surpresa de um ataque, aéreo ou terrestre.



O povo de Mandafara, a 54 quilômetros de Asmara (capital), comemorando a libertação pela FLE, em 25 de agosto de 1977.

Fotos de Cândido Fernandes

Um pouco da história dessas lutas

Há dezessete anos, o povo eritreu luta por sua independência - uma luta que durante muito tempo permaneceu obscura, sem ganhar as manchetes dos jornais. Nesta fase inicial, a luta de libertação na Eritrêia era apoiada em peso pelo bloco socialista; do outro lado estava o império de Haile Selassie, fiel aliado de Israel e dos Estados Unidos, e que havia incorporado a Eritrêia em 1962. Caía por terra uma resolução da ONU de dez anos antes, que transformara a Eritrêia num Estado federado à Etiópia, mas dotado de parlamento e bandeira próprios. A Eritrêia - antes colônia italiana e protetorado britânico - tornava-se uma porção do império etíope, sem qualquer autonomia.

Dezessete anos depois, a luta armada (intensificada em 1971) praticamente ingressou em sua fase final. O essencial do território eritreu encontrava-se sob controle da Frente de Libertação da Eritrêia (que recebe ajuda também de países árabes conservadores) e da Frente Popular de Libertação da Eritrêia, de orientação socialista e

que controla aproximadamente dois terços do território eritreu libertado. Agora, entretanto, estão em guerra os "socialistas" da Eritrêia e os "socialistas da Etiópia", militares que depuseram o velho imperador em 1974 e aboliram a milenar monarquia etíope, em 1975. A Etiópia é hoje apoiada por Cuba e pela União Soviética - esta última, durante muito tempo foi praticamente a única aliada da guerrilha eritreia. Como explicar esta brutal reviravolta das alianças?

A resposta inicial é evidente: basta olhar um mapa do chamado "chifre da África". A Eritrêia rebelada controla cerca de mil quilômetros do litoral do mar Vermelho, em plena rota internacional do petróleo. E muitos países conservadores, a Arábia Saudita liderando o bloco, gostariam de preservar os seus "irmãos muçulmanos" da Eritrêia da influência soviética, que hoje grassa, pelo menos formalmente, na Etiópia. A Arábia Saudita é secundada pelo Sudão e mesmo por países árabes progressistas, como a Líbia e o Iraque, numa clara demonstração de que o aspecto nacional-religioso ganha preponderância sobre quaisquer opções político-ideológicas. E, do outro lado, está a União Soviética, ansiosa por aprofundar sua presença numa região estratégica da África, fazendo frente aos aliados árabes do imperialismo e apoiando um regime que, pelo menos formalmente, une a sorte da "Etiópia revolucionária a grande revolução de outubro de 1917", como foi divulgado no jornal do PC cubano, *Granna*, do dia 27 de abril deste ano.

Num outro nível, o apoio cubano e soviético à Etiópia "revolucionária" começa a ser questionado na prática. As bases populares da guerrilha eritreia, a perspectiva inviável de derrotá-la "lentamente", sem causar um impacto interna-

cional - deixando aberta a possibilidade do extermínio maciço -, essa situação, sem dúvida, está forçando soviéticos e cubanos a reverem suas posições. Um sinal evidente é a programada presença de uma delegação da Frente de Libertação da Eritrêia no Festival da Juventude, que se realizará em Havana, neste mês de julho.

As fronteiras herdadas

Uma questão básica é a de que o governo etíope não reconhece a existência de uma nação Eritrêia.

Considera que ela faz parte de seu território, e que existem "nessa região administrativa" diferentes nacionalidades às quais propõe uma "autonomia". É claro que o "princípio de manutenção das fronteiras coloniais defendido pela Etiópia no caso de Ogaden (conflito com a Frente de Libertação da Somália Ocidental), não se aplica ao caso da Eritrêia. Esta, ao contrário de Ogaden, não fazia parte das fronteiras coloniais da Etiópia.

Nesse caso, portanto, não há nenhuma contradição entre o direito à autodeterminação dos povos e o respeito às fronteiras herdadas da colonização.

É verdade que a história da Eritrêia esteve ligada intimamente à da principal etnia etíope, a dos ahmaras. No entanto, ela apresenta várias particularidades, entre as quais a presença, junto à população coopta de uma importante minoria muçulmana, relativamente desenvolvida do ponto de vista comercial e capitalista, enquanto predominava na Etiópia o feudalismo. O meio século de dominação colonial italiana, a que esteve submetida a Eritrêia, só fez aumentar o peso dessas particularidades.



Ao lado da pequena vila de uma região libertada, o sofisticada bateria de defesa Eritrêia.



Grupo musical da FLE durante as comemorações do 1º de maio deste ano, na região de Alighidir.

IDÉIAS DO EXÍLIO

RUI MAURO MARINI “Vamos ter que passar por um período de luta democrática, que significa tratar de conquistar espaço para que a classe operária e seus aliados tenham condições de levantar plenamente seu projeto político”.

Rui Mauro Marini, sociólogo e economista brasileiro, encontra-se fora do país desde 1965, após passar por uma prisão política no Rio de Janeiro. Esteve exilado durante vários anos no Chile, onde lecionou em faculdades e desenvolveu inúmeras pesquisas, tendo publicado em 1972 um de seus trabalhos mais importantes: “Dialética da Dependência: a Economia Exportadora”. Após a derrubada do governo Allende, Rui Mauro deslocou-se para o México, onde foi entrevistado agora por correspondentes de EM TEMPO. Em seu depoimento (exclusivo), ele analisa a realidade brasileira, que sempre foi o objeto principal de seus estudos. Depois de recolocar o problema do imperialismo e do “subimperialismo” detém-se na articulação das classes dominantes e no papel do movimento operário. Outros temas da entrevista: a questão da democracia e do socialismo hoje, a anistia, os partidos políticos, a tarefa da esquerda que se pretende vanguarda.

Sindicato só não basta

(...é absolutamente indispensável que o movimento operário marche no sentido de sua integração na luta política)

EM TEMPO: Você foi quem primeiro apontou as tendências do subimperialismo da economia brasileira. A princípio a tese foi muito criticada, principalmente pelos setores mais atrasados da esquerda. Agora, passada uma década, como você interpreta o subimperialismo brasileiro?

Rui Mauro Marini - A maior parte dos elementos que apontei naquela época vêm se desenvolvendo no que se pode chamar de subimperialismo brasileiro. Alguns de forma mais rápida, outros demorando um pouco mais. O subimperialismo brasileiro é o resultado do domínio do capital financeiro e monopolista na economia brasileira; é a hegemonia portanto da fração monopolio-financeira. Desse ponto de vista, isso implicava uma política de superexploração crescente da classe operária, aliança com o capital estrangeiro, reforço do Estado. Todos esses elementos têm estado presentes no Brasil.

O subimperialismo implica também uma política de expansão. Tanto expansão comercial, do ponto de vista de exportação - principalmente exportação de manufatura - como também uma política de expansão propriamente política. É preciso ver o papel que jogou o Brasil no apoio aos movimentos contra-revolucionários em países latino-americanos, como Bolívia, Chile, Uruguai. Disso sabem melhor os bolivianos, os uruguaios, e chilenos, que estão perfeitamente conscientes do papel do subimperialismo brasileiro na América Latina.

Mas também a política de expansão vai dirigida a outras áreas. É uma das prioridades do Brasil, hoje em dia, é a África. Sobre a base do comércio, da ajuda técnica, e da penetração dos capitais brasileiros, fundamentalmente através da Petrobrás, Banco do Brasil e também de grupos privados, o Brasil está tratando de realmente conquistar uma posição de influência nesse continente.

ET - E aí estaria o mercado para as indústrias que o novo modo de acumulação vai privilegiar?

RMM - Claro. Pode-se tomar como exemplo as exportações militares do Brasil, que já começaram há algum tempo. Têm se dirigido à América Latina (Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai), a países do Oriente Médio, e alguns países da África Negra. É evidente que isso não está mostrando uma tendência. É a essas áreas que se pode expandir a indústria militar brasileira, que é uma indústria concebida desde o princípio para atender ao próprio aparelho militar nacional, mas também assegurar as exportações.

O caso mais típico é a criação da Helibrás, para fabricação de helicópteros, dos quais, segundo se disse, uma parte vai para o consumo civil, outra para consumo bélico e a outra para exportações. Para exportação estão previstos, de partida, 25% da produção. A FIAT também aponta na mesma direção; é uma indústria de bens de consumo durável, mas que está vinculada, através de negociações que não se fizeram públicas, entre o departamento de material do exército brasileiro e a direção da FIAT, à produção de material bélico.

ET - Que objetivo cumpria o Pacto Amazônico nessa política...

RMM - O Pacto Amazônico é parte da política de expansão e consolidação da hegemonia brasileira na América Latina. Inicialmente o ponto central da política brasileira de expansão se dirigiu sobretudo para a bacia do Prata, pelo peso que têm os países dessa área na economia brasileira, e pela importância que tem a rivalidade brasileiro-argentina. E em direção ao Pacífico, pelos problemas que se haviam apresentado na Bolívia e Chile com Torres e Allende. Mas, desde o começo da ditadura, se trata de ir assentando as bases para uma plataforma de expansão na bacia amazônica, com a colonização levada a cabo na região, o aumento de forças militares, a construção de rodovias etc.

Neste momento, se trata de projetar a presença brasileira na zona amazônica, com a mesma força com que se projetou com direção ao sul e ao Pacífico, essa é a finalidade fundamental do Pacto Amazônico. Este começa muito inocentemente com integração territorial, fluvial, etc, mas abre caminho para que o Brasil possa se expandir do ponto de vista comercial, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político-militar na zona norte da América do Sul.

“A situação do imperialismo norteamericano em 45 e 78 é totalmente diferente”

Você vê alguma semelhança entre o processo de “democratização” de 1945, e o atual? Principalmente com relação às formas sociais que participaram naquele processo?

Não. Eu diria que as semelhanças que pode ter o processo atual com o de 45 são somente formais. Em primeiro lugar, a situação do imperialismo norte-americano em 45 e 78 é totalmente diferente. Em 45, o imperialismo norte-americano era absolutamente hegemônico, no plano mundial, pela própria destruição das outras economias imperialistas pela guerra. Hoje em dia é um imperialismo que está sendo desafiado por outros imperialismos, o que modifica a correlação de forças, não só no plano mundial, como dentro do país.

Por outro lado as forças sociais que participam do processo são muito diferentes. Em 1945 a burguesia industrial mantinha um estreito compromisso com a burguesia agrária-mercantil, na qual essa segunda fração era ainda hegemônica, com a burguesia industrial assumindo a hegemonia na década de 60. As contradições que tiveram lugar naquele período abriam caminho para alianças do tipo populista.

No curso dos anos 60, assistimos a emergência de uma grande burguesia, que entrou em contradição com a pequena e a média burguesia. Em certa medida, o governo de Jango foi um esforço da pequena e média burguesia para oferecer resistência ao projeto da grande burguesia industrial, já aliada à grande burguesia agrária. Essa aliança se consumou com a ditadura. Como se observou por exemplo com a política do café que adotou Castelo Branco. Quem reclamou dessa política? Somente os pequenos e médios cafeicultores. Não a grande burguesia do café. A política de Castelo foi uma política industrializante, mas que implicava a aliança com a burguesia agrária, e que depois, durante todo o período da ditadura, propiciou a extensão ao campo do capitalismo e a fusão do grande capital urbano-industrial, através do capital fi-

nanceiro, com a burguesia agrária.

Hoje em dia nós vemos que a luta inter-burguesa não nasce entre a burguesia urbana e a agrária, mas da contradição entre dois setores da grande burguesia industrial. Isto modifica o quadro

Mais importante do que isso é a situação da classe operária. Em 1945 nós tínhamos uma classe operária nova, jovem. Jovem no sentido de que era fruto de um processo de industrialização recente, dos anos 30 e 40. Fundamentalmente constituída por camponeses. Era uma classe sem tradição, havia poucos setores mais antigos, que haviam desenvolvido uma tradição de classe.

“O populismo está historicamente condenado, os neo-populistas também”

ET - E essa nova composição das classes sociais no Brasil, vai gerar um quadro partidário distinto daquele formado em 1945,

Para recortar e armar Junte "A" Com "B"



O processo de desenvolvimento nos anos 60, e particularmente durante a ditadura, nos dá como resultado uma classe operária urbana, muito importante numericamente, altamente concentrada, que recruta uma boa parte de seus efetivos diretamente no meio urbano, inclusive na classe operária. A classe operária de hoje em dia é uma classe jovem em idade, mas já não é uma classe jovem historicamente. Por outro lado, em 45, no campo brasileiro predominavam relações econômicas que se apoiavam no campesinato. Isso mudou. Hoje, peso maior tem o proletariado rural.

Não há dúvida de que atualmente no Brasil, a classe operária é a força social principal. Uma classe operária que cresceu e é muito mais concentrada. Que adquiriu tradição de luta. E isso é evidente, e se pode ver claramente no movimento operário. Há uma reflexão sobre as experiências de 68, estas experiências estão vivas. Não é uma classe operária que chega virgem, mas uma classe operária que tem uma tradição de luta, que reflete sobre ela e aproveita sua experiência.

O que são os grupos de fábrica, que estão se desenvolvendo como base das oposições sindicais, senão a continuação do esforço feito pela classe operária imediatamente depois do golpe militar para reorganizar-se pela base, através das chamadas comissões de fábrica? A própria pequena burguesia está modificada, em seu interior, onde predomina a pequena burguesia assalariada. Trata-se de uma pequena burguesia muito mais próxima da classe operária, por seus problemas de salário e condições de vida, do que a pequena burguesia dos anos 40, que era uma pequena burguesia proprietária.

Portanto, a definição das classes sociais no Brasil é muito mais forte, mais importante do que eram em 1945. Soluções como a do Getúlio, e até a do Jango, são hoje em dia inviáveis. O populismo está historicamente condenado, os neo-populistas também.

de chegar ao campo e se vincular aos camponeses uma vez que o elo de ligação entre o proletariado urbano e o campesinato está dado pelo desenvolvimento do proletariado rural.

Ainda do ponto de vista das forças políticas, o que nós vemos é que a esquerda de 45 era uma esquerda que surgia, como agora, da clandestinidade, golpeada, mas que estava expressa exclusivamente pelo Partido Comunista. Não havia outra esquerda no Brasil. A situação atual é diferente. A experiência dos anos 60 tem seus aspectos positivos, à medida que permitiu uma maior divulgação das idéias marxistas, das idéias revolucionárias.

Deu lugar, por outro lado, à informação de toda uma camada de quadros, quadros militantes, quadros intelectuais inclusive, que estão hoje em dia em condições de enfrentar com muito mais facilidade o problema da organização do partido revolucionário dos trabalhadores no Brasil. Situação que nós não tínhamos em 45.

Em 45 a única alternativa era o PC, com a sua tradição reformista, com sua visão de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifundamental. Hoje, essa concepção está superada. A própria atualidade do tema social-democracia, o que está representando? Que o problema do socialismo é um problema atual no Brasil. E se trata precisamente de disfarçar, de mutilar, de torcer, encaminhando a solução do problema para questões que de fato não são soluções para a classe operária. Como esses socialismos pluralistas, democráticos, que buscam a aliança com a burguesia etc.

Exatamente porque o problema do socialismo está colocado, foi colocado pelas gerações revolucionárias da década de 60, é precisamente por isso, que a burguesia tem que recorrer a esse tipo de subterfúgios. Já não se pode falar em aliança com a burguesia nacional, que é mais difícil de engabelar, então falemos de burguesia de Estado, que é mais difícil de entender.

Anistia já!

EM TEMPO - Como é que você vê a luta pela anistia, e em que marcos você acha válida a luta por uma anistia?

Rui Mauro Marini - Acho que a luta por anistia no Brasil é um elemento fundamental. E a maneira como está sendo resolvida nesse momento pelas forças políticas do movimento popular é muito correta. Vamos ter que passar por um período de luta democrática, que significa tratar de conquistar espaço para que a classe operária e seus aliados tenham condições de levantar plenamente seu projeto político. Nenhuma classe amadurece fora da luta. Nenhuma classe nasce formada ideologicamente, politicamente, teoricamente.

A classe operária brasileira, para converter-se realmente numa força revolucionária, vai ter que passar por uma série de lutas parciais, lutas democráticas, e delas, nesse momento, a mais importante é a anistia. Uma anistia ampla e irrestrita, evidentemente. Isso permitiria reincorporar à classe operária brasileira, os quadros revolucionários, permitirá que se concretize o processo de fusão desses quadros revolucionários com o movimento operário.

A anistia é o eixo da luta democrática. Mas ela precisa ser vista como passo, como uma etapa da organização de um movimento político revolucionário da classe operária.

ET - Você acha que é possível conseguir a anistia ampla e irrestrita sem acabar com o regime?

RMM - Acho. Mas isto não se vai conseguir num primeiro momento. Mais provável é que a ditadura tente dar anistias parciais. Entretanto é a força do movimento popular que tem que arrancar a anistia ampla e irrestrita. Jamais a anistia ampla será dada pela ditadura de bom grado. Já se viu o exemplo da Bolívia.

Lá a ditadura tentou condicionar a anistia, mas o movimento operário, levantando o país inteiro, arrancou a anistia total. E arrancou a liberdade sindical. Isso ainda não significou o fim da ditadura boliviana. Mas é evidente que o desenvolvimento desse processo aponta ao fim da ditadura. Nenhuma ditadura pode se manter nessas condições: sobre a base de uma liberdade política ampla, conquistada pelo movimento popular, e uma liberdade sindical ampla.

ET - E que perspectivas você vê para a classe operária no atual contexto?

RMM - Isso passa necessariamente pela organização da classe operária em Partido. O grande problema, na minha opinião, da esquerda brasileira, hoje em dia, é que o processo de reorganização da

classe operária se deu independentemente da esquerda; não se deu contra ela, mas independente dela. Porque se deu exatamente no período em que a esquerda estava sendo violentamente golpeada, exilada, assassinada, presa, e sem condições portanto de enfrentar o problema da reorganização da classe operária.

Apesar disso, esta tratou de reorganizar suas próprias forças, por essa tendência incontida de uma classe que se desenvolve, que se torna numerosa, que avança e ganha consciência do processo de exploração, e que busca formas de enfrentar esse processo de exploração. Mas isto cria hoje a ameaça de manter uma certa separação, que foi funesta no passado, entre os setores revolucionários, que vêm de outras classes, particularmente da pequena burguesia, e o movimento operário.

Essa separação poderia frustrar o desenvolvimento da esquerda no Brasil, da esquerda revolucionária brasileira, se ela não tomar clara consciência do problema, e poderá levar o movimento operário a todo tipo de desvios.

É evidente que o simples movimento sindical não põe em xeque o sistema capitalista. É absolutamente indispensável, que o movimento operário marche no sentido de sua integração na luta política. E marche não no sentido de se subordinar, de se integrar a outras frações políticas, mantendo somente independência de suas reivindicações sindicais, mas que marche no sentido de levantar um projeto político próprio.

Agora, bem, não há projeto político próprio para a classe operária que não seja socialista. Que isto fique claro. E um projeto socialista, não pode passar por deturpações do tipo social-democrata. Não é por aí que vai o caminho. Isso apenas subordinaria a classe operária e outras frações burguesas. A social-democracia, hoje, na Europa e em especial na Alemanha, é a hegemonia da burguesia sobre o movimento operário.

Isso é que no Brasil nós temos que combater. E é tarefa fundamental da esquerda revolucionária neste momento. Encontrar maneiras de recuperar o terreno que ela perdeu, nessa fase de reorganização do movimento operário. E encontrar a forma de reforçar o processo de reorganização e tomar de consciência do movimento operário, ao mesmo tempo que lutar para que a alternativa socialista esteja presente em todo esse processo de reorganização, de lutas parciais, que o movimento operário vai ter que dar no campo democrático. Que a alternativa socialista esteja sempre presente, como um objetivo concreto a alcançar.

cara a cara

Revista Semestral - n. 1
Movimento Estudantil E agora?
(Debate e entrevista)
Criação e Democracia
A partir de 1907 em São Paulo
Comissão do Conhecimento Crítico

Colocando a ciência no seu devido lugar

(ou: pela definição de uma política científica e tecnológica voltada para os interesses da maioria da população)

A parte

Cartas, críticas, sugestões, apertados, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05413. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

As eleições de 1978 marcarão com maior força o surgimento de candidatos que se propõem a defender os interesses populares. Divulgando os programas desses candidatos, EM TEMPO pretende contribuir para que o público leitor possa melhor se situar. Assim, apresentamos o vereador José Ivo Sartori, do MDB de Caxias do Sul (RS), um dos candidatos a deputado estadual com programa próprio para as eleições deste ano. Ele defende que é preciso lutar pelo fortalecimento da "frente democrática que é o MDB" e entende que a política salarial brasileira serve unicamente ao interesse dos monopólios. Portanto, é preciso dar terra aos camponeses; lutar pelos sindicatos livres como meio para "o povo dar um basta ao modelo imposto e realizar as transformações que a sociedade brasileira precisa".

Frente democrática deve ser fortalecida

José Ivo Sartori

Sobre o MDB: "Se o MDB é uma frente formada por aqueles que querem o restabelecimento da democracia, nós devemos atuar dentro dele neste sentido, ou seja, lutar pela conquista da democracia e fortalecer essa frente democrática. Nesta luta, os setores mais consequentes da oposição devem atuar no sentido de fazer esta frente avançar cada vez mais para posições populares e nacionalistas... As oposições, aglutinadas no MDB, lutam pelo restabelecimento da democracia, pelo fim de toda a legislação de exceção, pelas eleições diretas em todos os níveis e pela anistia ampla a todos os punidos por motivos políticos. No plano econômico, lutam por uma distribuição mais justa de renda, pelo fim do arrocho salarial e por uma economia voltada para o mercado interno, com uma mudança na política em relação ao capital estrangeiro, assim como por uma transformação na estrutura agrária do país. No campo social lutam por melhores condições de vida para o povo com melhorias nos níveis de educação, saúde, habitação, saneamento, etc... É dever de todos os opositores vinculados aos interesses populares que atuam dentro do MDB lutar para o fortalecimento da frente democrática para isolar cada vez mais o governo, que é o inimigo comum e ao mesmo tempo lutar para que esta frente avance politicamente em direção a um vínculo maior com os interesses populares e para que se transforme num canal de expressão das oposições em seu conjunto, por exemplo operários, camponeses, estudantes, clero progressista, liberais, pequenos e médios empresários, militares, etc. Apesar de haverem setores com interesses diversos dentro do MDB, nós devemos nos esquecer que não são esses setores o inimigo principal, mas que este, o governo, só pode ser vencido se soubermos agrupar forças em torno da oposição e dar-lhe uma atuação consequente."

Quadro econômico

"... o governo instalado a partir de 1964 tinha como objetivo principal salvaguardar os interesses do grande capital, tanto nacional como estrangeiro, em detrimento dos interesses dos setores populares... Esse modelo econômico concentrador de rendas e de capitais só pode se sustentar na medida em que produz para o mercado externo e para os setores de altas rendas. A produção para o mercado externo se deveu que na divisão internacional do trabalho os países mais atrasados, como é o caso do Brasil, possuem mão de obra barata, o que diminui os custos de produção. Isto faz que os grandes grupos econômicos transfiram para cá a produção que demanda a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata e repassem o produto para os países centrais a custos mais baratos, utilizando-se de artífices contábeis, como sobre e subfaturamento, para juntos repassar lucros."

Salários e riquezas

"A política salarial brasileira, responsável pelo empobrecimento crescente da população brasileira, serve unicamente aos interesses dos monopólios, pois aumenta-lhes os lucros já volumosos. Aqui transparece claramente a que interesses está vinculado o regime, que interesses defende. Logicamente não são os interesses do povo, especialmente dos trabalhadores, tampouco os interesses do país, uma vez que os monopólios estão preocupados com o aumento de seus lucros e não com a melhoria das condições de vida do povo e a independência nacional."

"... Apesar da Constituição zelar pelas reservas naturais do país, estas estão em grande parte comprometidas com os interesses estrangeiros. O próprio monopólio estatal do petróleo, uma conquista do povo brasileiro, foi atingido com a adoção dos contratos de risco, que na verdade representam riscos unicamente para o Brasil. Mas trata-se de uma forma de hipotecar nossas riquezas naturais aos nossos credores. Da mesma forma acontece com o urânio, cuja metade das reservas descobertas e por descobrir, estão hipotecadas à indústria alemã ocidental. Essa política de não preservação de nossas riquezas naturais significa um desastroso comprometimento de matérias-primas aos países capitalistas avançados, a

preços irrisórios. A política do governo neste setor é tão comprometedoras que este não aceita participar em nenhum cartel internacional de produtores de matérias-primas, quando esta seria uma medida de defesa de preços justos para os nossos produtos e inclusive seria uma forma de preservar as nossas reservas, que por vendermos muito barato, são das primeiras a irem se esgotando."

Eleições e parlamento

"Quanto à participação popular, entendemos que, para a consolidação de uma sociedade democrática, é necessária uma ampla e decisiva participação do povo em todo processo político, para que assim sejam salvaguardados os interesses da maioria e a democracia seja realmente um governo do povo, pelo povo e para o povo."

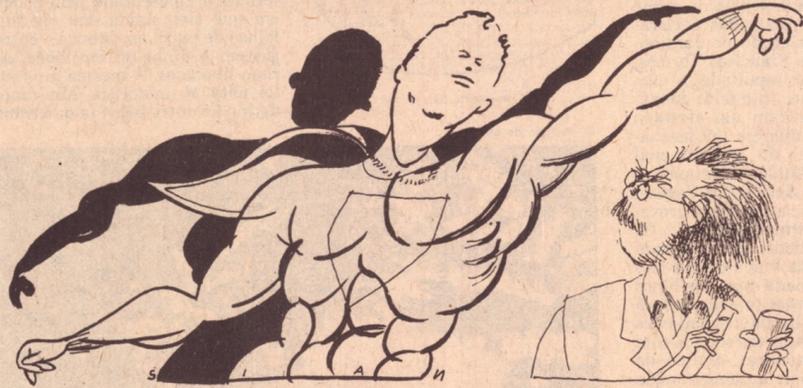
"As eleições de 1978 deverão fazer parte de mais um episódio da nossa luta pela democratização, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pela alteração da política econômica e social imposta a Nação. Elas devem ser utilizadas para conseguir o avanço da consciência e combatividade do nosso povo, para conseguirmos o aumento da sua participação política e o avanço da organização do povo nas fábricas, nos bairros, nos campos, nos sindicatos, nas lojas, nas escolas, nas universidades, etc. Além disso, o voto maciço na oposição deve significar uma forma de dizer mais um "NÃO" a este governo, isolando ainda mais."

"O Legislativo está em completa inferioridade em relação ao executivo. Não possui iniciativa em orçamento, em aumento de despesas e em diminuição de receitas. O Parlamento, ainda, encontra-se permanentemente ameaçado pelas cassações de mandatos. São exemplos recentes, os valorosos companheiros Alencar Furtado, Nadir Rosseti, Amaury Muller, Lisáneas Maciel, Marcelo Gatto, Marcos Tito, Nelson Fabiano S.; Glenio Peres, Marcos Klassman e a casação branca de Chico Pinto. Mas, apesar disso, cabe ao parlamentar a tarefa de denúncia contundente da atual situação, da crítica e proposta de alternativas no campo político, econômico e social. Além da crítica, da denúncia, das propostas alternativas, cabe ao parlamentar ir além do trabalho fechado nos parlamentos, tendo claro as possibilidades que se abrem para o parlamentar que tenha o seu trabalho claramente comprometido com a tarefa de auxiliar a organização das forças populares na defesa de seus interesses..."

Frente de redemocratização

"Sobre a Frente Nacional de Redemocratização, surgida depois da confissão do seu programa, Sartori disse, em entrevista à parte, que "é um problema difícil. Os setores avançados do MDB concordam e os mais conservadores não aceitam. Por que? Não devemos ter pruridos, não se faz política sem correr riscos. A adesão à Frente, porém, deve ficar nos pontos do MDB. Nessas condições, concordo com a participação na Frente. Ou seja, os pontos básicos definidos na Convenção Nacional são as condições mínimas para qualquer participação nossa. Qualquer espaço hoje deve ser aproveitado, ocupado. Não admito que hoje Euler e Magalhães reivindiquem princípios democráticos em nome do golpe de 1964. Eles é que devem se sujeitar ao programa do MDB, que é quem tem defendido efetivamente a democracia. A direção da Frente deve ficar com o MDB e em cima de seu programa que deve-se dar uma ampliação da Frente Nacional pela Redemocratização."

"A respeito da relação entre as próximas eleições e conquistas concretas para os trabalhadores, disse na entrevista que "hoje, no Brasil, na atualidade, todos os setores descendentes, no fundo, são aliados dos trabalhadores. Num segundo momento, nem todos esses setores acompanharão os trabalhadores. Seus aliados de fôlego são os trabalhadores do campo, os posseiros."



"Ao se iniciar uma discussão sobre os problemas e contradições existentes no campo da ciência e da tecnologia no Brasil, é fundamental colocar em que condições e sobre que influência desenvolveu-se o processo de industrialização, pois só nas múltiplas relações com o sistema produtivo, a ciência e a tecnologia encontram seu real significado. A indústria automobilística, chamada de "carro-chefe" da indústria brasileira, sintetiza toda uma gama de problemas e equívocos no setor em debate, além de mostrar, pelo menos em parte, como se dá a "transfêrencia de tecnologia" para o Brasil. Hoje se produz diariamente milhares de automóveis, com diversos graus de sofisticação, através de empresas em sua totalidade multinacionais. Como se chegou a tal situação, e por que ela perdura?"

No fim da década de cinquenta, durante o governo JK, partiu-se para a implantação da indústria automobilística no País, através de generosas ofertas do governo brasileiro, tanto a americanos como a alemães. A propaganda oficial não se cansava de propagar que a criação desta indústria no Brasil colaboraria para a geração de grande número de empregos, possibilitaria a absorção de tecnologia, gerando novos empregos e, nesta avalanche, dar-se-ia um grande impulso renovador à economia nacional e todos os setores da sociedade se beneficiariam. Era o início da febre desenvolvimentista, sustentada por uma ideologia cuja principal finalidade era encobrir as contradições de classe da sociedade brasileira. Era também o início de um processo que levaria o capital monopolista no Brasil à situação de hegemonia face aos outros setores do capital.

"Crescer o bolo para dividir depois"

É bom lembrar que a industrialização no Brasil já vinha sendo feita desde o começo do século, de uma forma bastante lenta, dando-se tardiamente numa situação de grande avanço do capitalismo mundial, já numa fase imperialista.

O desenvolvimento industrial no Brasil foi se fazendo na medida em que atraía para cá grandes somas de capital das mais diversas formas, e a burguesia brasileira, dado o seu caráter retardatário, foi se integrando a esses capitais, sendo destituído de qualquer interesse prático falar-se hoje em burguesia nacional com interesses próprios.

Desde seus primórdios, a industrialização deu-se voltada para um mercado interno restrito e selecionado, não se lançando mão do grande potencial que o campo apresentava, pois para tanto eram necessárias certas mudanças na estrutura agrária. Para financiar as importações que se faziam necessárias lançou-se mão da exportação de café e de outros produtos agrícolas, dirigindo-se a agricultura para a produção de mercadorias a serem exportadas, em detrimento dos produtos agrícolas de subsistência da população. Assim, embora o sacrifício para a implantação das indústrias partisse dos trabalhadores da cidade e do campo, os produtos gerados eram consumidos por uma minoria.

Hoje a situação perdura. Importa-se petróleo, aço, componentes eletrônicos, etc, para atender a indústria automobilística, a de televisão a cores, a de equipamentos eletrônicos sofisticados de consumo restrito, financiados em parte por exportações de café, soja, minério de ferro e alguns manufaturados subsidiados e incentivados pelo governo.

A política de concentração da renda teve um incremento notável após 1964, e os portavozes da política oficial justificavam sua necessidade dizendo que primeiro se devia deixar "crescer o bolo para dividir depois" e aumentar as exportações (exportar é o que importa) mas o que cresceu mesmo foi a dívida externa. A consolidação de tal política só foi possível através da intensificação da exploração dos trabalhadores e para isto era necessário desorganizar e reprimi-los. Lançou-se mão de um regime autoritário, hegemônico pelo grande capital internacional e nacional associado, capaz de submeter principalmente a classe trabalhadora a seus objetivos, muito embora outros setores também fossem prejudicados. Não foi à toa que a política científica adotada (se é que se pode chamar algumas medidas na área tecnológica de política) foi a de "transfêrencia de tecnologia", apesar da impropriedade do termo.

A modernização conseguida contou com grandes financiamentos externos e com a utili-

zação de uma tecnologia importada, desenvolvida pelas multinacionais em seus países sedes, sem qualquer vinculação com a realidade brasileira e muito menos com os interesses da maioria da população.

Passando por um período de reformas e reestruturações, a fim de melhor se adaptar às transformações que se operavam na sociedade, a universidade brasileira, no campo tecnológico, presta-se hoje a preparar quadros para atender às parcas necessidades das indústrias instaladas. Ao lado disto, desempenha um importante papel na legitimação da hierarquia do conhecimento: o engenheiro deve ficar acima do técnico de grau médio, que tem abaixo de si o operário. Para subir na vida basta ser esforçado e querer estudar, e com isso mantém-se as esperanças de ascensão social.

Que interesses estão por trás?

Por outro lado, os centros de pesquisa na área tecnológica voltam seus trabalhos para os interesses das grandes empresas, porque a realidade existente não propicia qualquer demanda de pesquisa básica. Historicamente, os poucos institutos de pesquisas existentes na área da saúde nasceram em momentos de catástrofes públicas, como foi o caso do Instituto Oswaldo Cruz, por ocasião do surto de febre amarela. Outros institutos de pesquisa surgiram, em geral, centrados em um personagem importante na área, sem que, tanto num caso como no outro, suas criações tenham sido motivadas por um plano consciente, fruto de necessidades sociais. A produção científica em ciências básicas constituiu-se principalmente em artigos para serem publicados em revistas internacionais sendo capitalizados, portanto, pelos países que podem tirar proveito destes resultados: os mais desenvolvidos.

Ato público anti-racista

Robson Silveira Luz, negro, foi morto numa delegacia. Quatro menores foram barrados no clube, por serem negros. Estes e outros fatos motivaram o ato de protesto anti-racista marcado para o próximo dia 7 de julho, no Viaduto do Chá, em São Paulo.

"Nos, Entidades Negras reunidas, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira da exploração racial e desrespeito humano a que a comunidade é submetida. Não pode mos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento do negro, destroi a sua alma e sua capacidade de realização como ser humano.

O Movimento Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros, também, sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um ato público contra o racismo, no dia 7 de julho às 18:30 horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela imprensa.

Os fatos:

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaiunazes, mais um negro foi morto, por causa das torturas policiais. Esse negro chamava-se Robson Silveira Luz, trabalhador, casado e pai de filhos.

As poucas iniciativas orientadas pelo Estado, que propiciaram algum nível de demanda em pesquisa, foram desenvolvidas nos governos Vargas e Goulart, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Eletrobrás etc. E deram-se mais pela necessidade de desenvolvimento dos setores básicos da economia, onde não havia interesse do setor privado, dado o alto nível de capitalização inicial. Já a criação da Petrobrás tem uma certa particularidade pois foi ocasionada por forte pressão popular, com a campanha do "Petróleo é Nosso", contando com a ativa participação do movimento estudantil liderado pela UNE.

Dentro deste quadro é que se faz necessário o debate sobre a criação, adequabilidade e utilização da ciência e da tecnologia no País, sem perder de vista quais os interesses que estão por trás destes problemas. Recentemente, com o crescimento do movimento de massas na luta pelas liberdades democráticas e pela organização livre e independente dos diversos segmentos da população, o debate sobre ciência e tecnologia vem sendo travado por várias entidades de engenheiros, economistas e cientistas ou mesmo por alguns grupos independentes.

Sentiu-se, então, a necessidade de ampliar as discussões das mais diversas formas, inclusive através da imprensa independente. Neste sentido, na qualidade de grupo engajado em trabalhos científicos e tecnológicos e que luta pela transformação da situação descrita, começamos a trazer as páginas do EM TEMPO a discussão acerca de nossa proposta básica: **PELA DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA VOLTADA PARA OS INTERESSES DA MAIORIA DA POPULAÇÃO.** Dentro desta perspectiva, é fundamental a participação dos leitores, ligados ou não à área científica, através da criação de novos núcleos de debate ou outras formas de organização.

São objetivos iniciais do grupo: discutir a questão da criação tecnológica no País e sua adequabilidade, analisando quais os setores beneficiados ou prejudicados pelas decisões tomadas dentro da atual política econômica; divulgar amplamente os problemas da ciência, combatendo a visão elitista que a coloca como objeto de estudo de um punhado de especialistas e inacessível à maioria da população, servindo como forte instrumento de dominação e de manutenção da hierarquia do conhecimento na sociedade de classes; discutir as questões do ensino nos diversos níveis; colocar a ciência em seu devido lugar, combatendo a visão de responsabilizá-la por todos os males da humanidade, ou inversamente, apresentá-la como solução para todos eles; pautar a discussão no sentido de contrapor alternativas como forma de resistência à atual dominação científica e tecnológica.

Grupo de Ciência e Tecnologia - Sucursal do Rio de Janeiro.

No Clube de Regatas Tietê, quatro garotos foram, covardemente, barrados do time infantil de voleibol, pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevistas, nas quais confirmou suas atitudes racistas, tal a confiança de que não seria punido por seu ato.

Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e consequente morte de um cidadão negro.

Mas o ato público marcará fundo nosso repúdio. Para tanto, convocamos todos os setores democráticos, que lutam contra as injustiças e o desrespeito aos direitos humanos, a engrossarem as fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira, nesse ato contra o racismo..."

Jornal Afro-Latino-América/Grupo de Atletas Negras/Associação Brasil-Jovem/Grupo de Artistas Negros/ Jornal Abertura-São Paulo.

TRAVESSIA PARA A MORTE

Na balsa do Rio Iguaçu, Paraná, a polícia detém um comerciante e um mecânico. Seis dias depois, eles aparecem mortos e sem dinheiro. Passados um ano e cinco meses, a viúva de um deles ainda não conseguiu levar os responsáveis pelo crime aos tribunais.

O cheiro não era comum. Incomodava. O guarda Assis franziu a testa preocupado. Finalmente, decidiu enfrentar o mato cerrado do Parque Nacional de Jardimópolis, Paraná, em busca, talvez, dos restos apodrecidos de um animal.

Não levou muito tempo para desvendar o mistério. Numa clareira de mato mais ralo, as samambaias manchadas de sangue e os galhos quebrados ou retorcidos denunciavam requintes de tortura. No meio da cena, dois corpos quase desfigurados contavam todos os lances da tragédia. Assis chegou quase perto, estarelecido: um deles tinha um pedaço de madeira enfiado pelo coto esquerdo, atravessando o cérebro, saindo pela nuca. O outro não tinha dentes e o braço esquerdo se partia em dois. Em ambos, deformações por espancamento, marcas de perfuração a bala, o cheiro podre da violência e os olhos inexpressivos.

O mecânico e pastor evangélico José Soares dos Santos e seu companheiro Godoi Sobrinho, o "Godozinho", foram reconhecidos horas depois, por parentes e amigos. Estavam desaparecidos há cerca de 6 dias, de 29 de janeiro a 4 de fevereiro do ano passado, desde a prisão efetuada por policiais de Santo Antônio do Sudoeste, quando faziam a travessia do Rio Iguaçu.

A denúncia, feita inicialmente pela viúva de José, Rute Gotschalk dos Santos, é apenas mais um capítulo de um processo que permanece sem solução há um ano, integrando mais uma cena na história da impunidade que assola o País.

Nesta tragédia que inclui ameaças e tentativas de suborno, a última vítima foi um dos filhos do próprio mecânico assassinado, de 4 anos, atropelado e morto por um automóvel não identificado - "talvez um Opala" - que surgiu em estranha disparada, na direção da viúva, oito dias após a morte do marido: ela saía de Canoas para Montenegro, tentando contatos que acelerassem o envio do processo ao Ministério da Justiça. Dona Rute conta que teve tempo de sair da reta; mas seu filho pequeno, não.

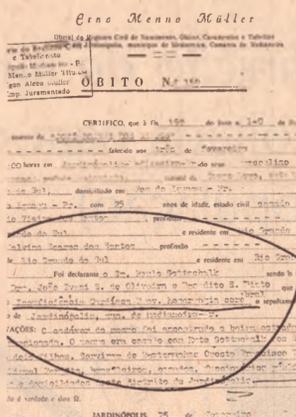
Enquanto os policiais responsáveis pelo crime - "Zé Guela", "Sergio", "David", o agente "Pires", o soldado "Manfrini", "Gradowski",

Paulo Bandeira Rovedo, o "cague-dario" e outros - continuam impunes (o delegado Benjamim Rocha foi até agraciado com uma transferência para Curitiba), os mortos continuam à espera de justiça. As famílias correm risco de vida e as testemunhas de acusação - como o chofer de táxi Severino Almirante Kraus, que conduzia as vítimas, no dia da prisão - recebem ameaças constantes, para "manter o bico calado".

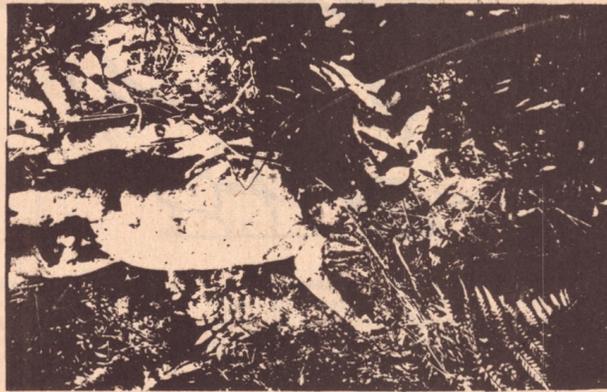
Os médicos João Ivani S. de Oliveira e Benedito S. Pinto, não satisfeitos com a violência do crime cometido - e apesar das declarações do subdelegado de Jardimópolis, Orestes Francisco Tormes, que afirmou ter sepultado as vítimas sem exame, "por falta de médicos" - emitiram um atestado "frio": o óbito número 159, assinado pelo oficial do registro civil Egom Alceu Muller, atestando a morte de José Soares dos Santos, por "insuficiência cardíaca, proveniente de hemorragia cerebral". Os médicos certamente não contavam com a reação da viúva de um mecânico abandonada com dois filhos menores e doentes; e com certeza temiam os policiais responsáveis pelo crime, alguns envolvidos com homicídios anteriores, tráfico de drogas e roubo de automóveis que eram revendidos no Paraguai.

Na região de Foz do Iguaçu, no interior do Paraná, a lei vigente não é novidade: é a lei da força e do poder econômico. O advogado Antonio Wanderli Moreira ainda não conseguiu resposta ao seu pedido de prisão preventiva contra os policiais envolvidos, apesar de dois deles - "Santos" e "Zé Guela" - terem sido responsáveis por um homicídio recente - metralharam um guarda-noturno da Cobal, porque não gostaram quando ele pediu que retrassem o carro de um estacionamento proibido.

Agora, mal ou bem, o processo está sendo encaminhado. E conta com o interesse de parlamentares e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, através do presidente Raymundo Faoro e do Dr. Eduardo Rocha Virmond, da seção do Paraná. Os médicos responsáveis pelo atestado "frio", por via das dúvidas - como a impunidade pode não ser garantida - emitiram um novo óbito, meses atrás, admitindo tudo: os espancamentos, as balas e as torturas de que falam as testemunhas e as fotos do cadáver de José.



O atestado de óbito...



...e a realidade, no mato do Parque.

A viagem sem volta

José Soares dos Santos saiu de sua casa, em Foz do Iguaçu, no dia 29 de janeiro de 1977, com 16 mil cruzeiros, para comprar madeira para o novo barracão de sua oficina mecânica, em Santo Antônio do Sudoeste. No meio do caminho, pegou uma carona com o motorista de táxi Severino Almirante Kraus e foi até a balsa que faz a travessia do Rio Iguaçu. No meio do rio, os passageiros foram detidos pela polícia de Santo Antônio do Sudoeste, que exigiu documentos e fez as perguntas de praxe. Além de José Soares, viajava com Almirante um tal de "Godozinho" que, segundo a polícia, era suspeito de ter roubado um tal de "Bandeira", 15 dias antes.



ALBUM DE FAMILIA

O mecânico José Soares dos Santos

porta os carros) e que acabaria sendo liberado na noite do dia seguinte.

José Soares e Godozinho ficaram em Santo Antônio do Sudoeste. De lá só saíram para a morte, amarrados com arame e com a boca fechada por tiras de esparadrapo, 24 horas depois.

A ordem da polícia: "bico calado"

Em depoimento prestado na delegacia regional de Foz do Iguaçu, o motorista Severino Almirante Kraus conta que, logo após a prisão, os policiais tomaram os documentos e o dinheiro dos dois passageiros que viajavam em seu táxi, inclusive a chave do carro, e trancaram todos eles num banheiro de bar, "onde passaram a realizar uma festa, com grande quantidade de pastéis e cerveja (...) e que, já embriagados, passaram a dirigir insultos aos encarcerados..."

Mais adiante, ele diz que os policiais alugaram um volks verde e, usando também o táxi, fizeram o transporte de todos, de manhã bem cedo, até a delegacia, onde foram empurrados e espancados "como bandidos de primeira linha".

Almirante só foi liberado às 7 horas da noite, depois de assinar várias folhas de papel em branco e após ouvir os comentários de vários presos que afirmaram que "tinham sido quebrados a pancada e pau". Também ouviu ameaças de um policial que exigiu "bico calado" sobre tudo que estava acontecendo ali.

Antes de sair, conseguiu reconhecer a voz de seus dois companheiros, gritando e gemendo, durante interrogatórios efetuados dentro da cela. A última cena que Almirante presenciou foi a saída do policial "que entregou ao delegado Rocha a camisa amarelada com o dinheiro e os documentos de José".

O depoimento de Severino Almirante Kraus, que se transformou na principal testemunha de acusação e vem recebendo ameaças constantes - bate direitinho com as declarações do militar Otávio Rinaldo da Silva, que andou investigando o crime e ouviu testemunhas que viram José Soares e Godozinho sendo transportados pelos policiais "Pires", "Dario" e "Manfrini". Segundo anotações do militar, que pertence ao serviço secreto do Exército e ao 1º Batalhão de Fron-

teiras, barqueiros e populares do Porto Lupion disseram que José e Godoi passaram por ali amarrados com arame e ensanguentados, em direção à cidade de Foz do Iguaçu.

"Que, aproximadamente uma hora depois, os elementos policiais voltaram sem os presos e que, presumiu-se logo, pelo decurso de tempo, que os presos tinham sido abandonados em algum lugar ermo do Parque Nacional" (onde os cadáveres seriam encontrados dois ou três dias depois).

O apelo da viúva ao Ministro: justiça e garantias de vida.

Na carta que enviou ao ministro da Justiça, a viúva de José Soares dos Santos conta, em oito páginas manuscritas, a via crúcis em que se transformou sua vida, desde o desaparecimento do marido, há quase um ano e meio.

Dona Rute fez mais de cinco viagens à delegacia de Santo Antônio do Sudoeste e assinou várias folhas de papel em branco: primeiro, na esperança de descobrir o paradeiro de José; depois, na tentativa de reaver os documentos, o dinheiro, o anel e o relógio que ele usava quando saiu. Todos os dias, recebia as mesmas justificativas esfarrapadas. E correu, de Santo Antônio a Medianeira, indo e vindo várias vezes por dia, enquanto sua boa vontade admitiu a embromação da polícia.

O delegado repetia sempre a mesma coisa: "Não temos nada contra o seu marido". Quando Dona Rute reconheceu a camisa de José, num cabide da delegacia, era tarde demais: "um rapaz da barca do rio Iguaçu", não identificado, afirmava que tinha visto José dos Santos "com pés e mãos atados", de passagem por ali, no domingo anterior.

A mesma testemunha acrescentava detalhes que seriam confirmados por outras, dias depois: "Eram dois homens. Mais ou menos uma hora depois, os policiais voltaram sozinhos".

Rute Gotschalk dos Santos ainda voltou à delegacia de Santo Antônio do Sudoeste, para ouvir o espancamento ensaiado do delegado Benjamim Rocha: "Mas seu marido ainda não chegou?"

Atual conjuntura



O EXÉRCITO ESTA' DIVIDIDO, A BURGUESIA ESTA' DIVIDIDA, OS PARTIDOS ESTÃO DIVIDIDOS, A IMPRENSA ESTA' DIVIDIDA, A ESQUERDA ESTA' DIVIDIDA, ENFIM... O PAÍS ESTA' DIVIDIDO.



EM TEMPO